

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**As eleições de 1962: corrupção eleitoral e propaganda anticomunista contra
Jango e as reformas de base**

CARLOS HENRIQUE DA SILVA DE NÓBREGA

Rio de Janeiro
2019

CARLOS HENRIQUE DA SILVA DE NÓBREGA

As eleições de 1962: corrupção eleitoral e propaganda anticomunista contra Jango e as reformas de base

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Drº. Carlos Fico

Rio de Janeiro
2019

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a ingerência de representantes do capital privado no processo eleitoral ocorrido no Brasil, em 1962, e sua efetividade no resultado final das urnas. As eleições de 1962 foram marcadas pela polarização política e pela intensidade da mobilização eleitoral produzida por forças de esquerda e de direita. Houve grande esforço de grupos empresariais como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), para interferir no resultado do sufrágio, e quantias milionárias foram investidas para tentar eleger candidatos alinhados ao pensamento liberal-conservador. O dispêndio de milhões de cruzeiros e dólares eram direcionados não só para as campanhas políticas, mas igualmente para a produção de uma enorme propaganda anticomunista, baseada em livros, periódicos, filmes, programas de rádio e TV e publicidade em jornais de grande circulação. Por meio da análise de dados eleitorais e de livros e artigos que tratam do tema, verificaremos se os recursos financeiros e propagandísticos mobilizados para o pleito em questão foram suficientes para eleger os candidatos apoiados pelo IBAD e o IPES.

Palavras-chave: Eleições de 1962, IBAD, IPES, anticomunismo, propaganda política.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the interference of representatives of private capital in the electoral process that took place in Brazil, in 1962, and its effectiveness in the final result of the ballot box. The 1962's elections were marked by political polarization and the intensity of electoral mobilization produced by left wing and right wing. Business groups such as the Brazilian Institute of Democratic Action (IBAD) and the Institute for Research and Social Studies (IPES) have made great efforts to interfere with the result of the suffrage, and a lot of money have been invested to try to elect candidates aligned with conservative liberal thinking. The spending of millions of cruzeiros and dollars was directed not only to political campaigns but also to the production of huge anti-communist propaganda, based on books, periodicals, films, radio and TV shows, and advertising in major newspapers. Through the analysis of electoral data and books and articles dealing with the subject, we will verify if the financial and propaganda resources mobilized for the election in question were sufficient to elect the candidates supported by IBAD and IPES.

Keywords: 1962 elections, IBAD, IPES, anti-comunism, political propaganda.

AGRADECIMENTOS

Os anos de graduação em História foram muito especiais para minha vida, principalmente pela minha trajetória pessoal. Sou filho de pais que não terminaram sequer o ensino fundamental e que tiveram poucas oportunidades durante suas vidas sofridas. Portanto, estar concluindo o ensino superior em uma das melhores universidades do Brasil é uma vitória indescritível. Não foi fácil entrar aqui, muito menos permanecer, mas me sinto aliviado por conseguir concluir esse percurso de cabeça erguida.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me sustentar e me fortalecer nos momentos difíceis pelos quais passei nos últimos anos. Sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais, por todo amor, carinho e suporte que sempre me deram durante toda a vida. Por me formarem como pessoa, com valores que carrego comigo até hoje. Sem eles eu não conseguiria chegar até aqui. Tenho a certeza que sempre fizeram o melhor por mim durante toda a vida, nunca me deixando desamparado e sempre lutando para me dar o melhor dentro das suas possibilidades.

Ao meu orientador, Carlos Fico, pela paciência e atenção que me dispensou nesse tempo de orientação. Sou igualmente grato por todo o conhecimento que pude adquirir assistindo suas aulas, palestras e lendo a sua produção acadêmica. Foi certamente uma grande inspiração profissional.

Aos amigos que fiz durante a graduação: Eric, Simone, Paula, Pedro, Luciana, Marcos, Letícia, Geanderson, Vinícius, Arthur, Daniel, Édson e Gabriel. Sou muito grato por ter tido a oportunidade conhecê-los e poder dividir com eles momentos especiais. Guardarei com carinho nossas conversas no bar, na pausa para o cafezinho no intervalo das aulas, as festas e os passeios. Aprendi muito com cada um.

Agradeço aos professores e professoras que me inspiraram como docentes e também como seres humanos, em especial: a Cinthia Araújo (FE) e ao Fernando Castro (IH), meus coordenadores no PIBID, que me ensinaram muito mais do que imaginam ter ensinado; e a Alessandra Nicodemos (FE), pela parceria enquanto fui seu monitor e por ser uma inspiração na luta por uma educação pública de qualidade.

Por último, gostaria de agradecer à UFRJ. Foi uma experiência incrível fazer parte da maior e melhor universidade federal do Brasil. Foi muito importante para a minha permanência no curso o apoio financeiro que recebi por meio da Bolsa Auxílio. Do mesmo modo, não há

como descrever a experiência fantástica que tive ao participar do PIBID, que certamente foi um diferencial na minha formação docente.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: A POLÍTICA BRASILEIRA NO INÍCIO DOS ANOS 1960: CRISE POLÍTICA E ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO	16
1.1. A renúncia de Jânio Quadros e a crise da legalidade democrática	16
1.2. Partidos políticos, frentes parlamentares e parlamentarismo à brasileira	21
CAPÍTULO II: OS GRUPOS DE AÇÃO POLÍTICA DA ELITE EMPRESARIAL E A INTERFERÊNCIA NAS ELEIÇÕES DE 1962.....	32
2.1. Estrutura, organização e <i>modus operandi</i> do IBAD e do IPES	32
2.2. A ação ideológica das elites empresariais, nacionais e multinacionais, e do governo estadunidense para interferir no pleito de 1962	41
2.3. O financiamento das candidaturas e a atuação da CPI que investigou o IBAD e o IPES	50
CAPÍTULO III: A POLARIZAÇÃO POLÍTICA REFLETIDA NAS ELEIÇÕES DE 1962	55
3.1. Os resultados eleitorais de 1962 e a questão da eficiência da propaganda produzida pelo complexo IPES/IBAD	55
3.2. O emblemático caso das eleições em Pernambuco	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

ABREVIATURAS

ADP – Ação Democrática Parlamentar
ADEP – Ação Democrática Popular
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – Central Intelligence Agency
CONCLAP – Conselho Nacional de Classes Produtoras
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PR – Partido Republicano
PRP – Partido de Representação Popular
PRT – Partido de Republicano Trabalhista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PUA – Pacto de Unidade e Ação
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui desenvolvido versa sobre as eleições gerais que ocorreram no Brasil no ano de 1962. Nosso objetivo é demonstrar a relação entre a ação de grupos como o IBAD e o IPES — compostos essencialmente por representantes empresariais e industriais, militares e políticos de direita, que, por motivações ideológicas e interesses econômicos, movimentaram significativas quantias em dinheiro e produziram uma intensiva propaganda política para tentar influenciar os eleitores — e o resultado do pleito de 1962, visto que as atividades desses grupos visavam interferir no desfecho do processo eleitoral. Em outras palavras, verificaremos se o esforço deliberado para eleger candidatos alinhados ao pensamento político e às ambições econômicas dos institutos mencionados surtiu o efeito esperado nas urnas, ou se suas intenções eleitorais teriam se frustrado.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi fundado em 1959, ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, sob o pretexto de “defender a democracia” do avanço das esquerdas no Brasil. Por meio de sua revista *Ação Democrática* e de organizações que lhe davam suporte, como a Incrementadora de Vendas Promotion S.A, responsável pelas ações publicitárias do IBAD; a Ação Democrática Popular (ADEP), incumbida das estratégias político-eleitorais; e a frente parlamentar Ação Democrática Parlamentar (ADP), formada por políticos de direita e canal de ligação ibadiano com o Congresso Nacional; o IBAD difundia ideias anticomunistas e coordenava ações políticas pelo país. Entre os seus fundadores estavam membros proeminentes das classes produtoras e de associações comerciais, assim como figuras militares pertencentes à ESG (Escola Superior de Guerra). Seu principal líder era Ivan Hasslocher, que seria também o elo entre o IBAD e CIA (Central Intelligence Agency). Após um início pouco impactante, com a chegada de Jango a Presidência da República, o IBAD passou a mover uma intensa campanha contra o seu governo e seus projetos reformistas¹.

Inaugurado oficialmente em novembro de 1961, poucos meses após a posse de João Goulart na Presidência da República, o IPES pregava mudanças na economia e no sistema político brasileiro. Apresentado à população como um centro de estudos acadêmicos que buscava desenvolver atividades de caráter social, possuía, na verdade, ramificações em inúmeros meios militares, empresariais e políticos, assim como o apoio de corporações multinacionais². Havia também uma forte ligação entre o IPES e a ESG, notabilizada pela

¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p.101-104.

² Ibidem. p. 162-164.

participação de generais no instituto, em especial Golbery do Couto e Silva. O grupo se destacou também pela intensa propaganda política, produzindo um amplo material para divulgar os valores do capitalismo e ideias anticomunistas em diversos jornais, rádios e programas de TVs, além de produzir filmes e publicar livros. Em 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para investigar a interferência do IBAD e do IPES nas eleições de 1962. Depois de meses de investigação, o IBAD teve suas atividades encerradas por um decreto presidencial de Goulart, devido à comprovação de sua participação em atos ilegais. O IPES conseguiu se salvar das investigações e continuou a atuar numa intensa campanha contra João Goulart, que duraria até o golpe civil-militar de 1964.

As atividades desses grupos já foram consideravelmente estudadas pela literatura especializada, destacando-se o livro clássico *1964: a conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss. Nas últimas décadas surgiram diversas teses e dissertações que abarcam algumas das principais atividades dessas organizações, sobretudo as do IPES. No entanto, a atuação do IBAD e do IPES para interferir no processo eleitoral de 1962 ainda carece de estudos mais aprofundados. Entre os historiadores, são raras as menções ao pleito de 1962, cabendo aos cientistas políticos as análises mais destacadas sobre o tema. Além disso, as pesquisas no campo da Ciência Política se debruçam sobre contextos mais amplos, inserindo as eleições de 1962 em recortes temporais mais longos (1930-1964 ou 1946-1964) e priorizando a compreensão de aspectos do comportamento eleitoral, e não a própria eleição como um fato histórico específico.

As eleições de 1962 foram marcadas pela radicalização política. Estavam em disputa 409 cadeiras na Câmara dos Deputados, a renovação de $\frac{2}{3}$ das vagas no Senado, eleições de governadores em 11 estados e vice-governadores em 9 estados. O sistema político que vigorava no país era o parlamentarismo, implantado às pressas em 1961 para impedir a posse de Goulart como presidente da República com plenos poderes, após o episódio da renúncia de Jânio Quadros e a crise inaugurada após tentativa de golpe militar.

Como 1962 era ano eleitoral e o governo central estava nas mãos de forças nacional-reformistas (ainda que com poderes políticos limitados devido à emenda parlamentarista), IBAD e IPES alinharam suas atividades e passaram a atuar em um total processo de cooperação, formando o que Dreifuss denominou de “complexo IPES/IBAD”, que seria a fase estritamente política dos interesses empresariais³. Pretendiam criar uma ampla base de apoio político, tanto nos estados quanto no Congresso Nacional, para desestabilizar as ações do governo do presidente João Goulart e neutralizar as tentativas de aprovação das reformas de base. Para isso,

³ Ibidem. p. 161.

seria necessário convencer a sociedade brasileira de que Jango estaria disposto a instaurar no Brasil um regime amparado por forças sindicais, que logo tomariam o poder e introduziriam o país no caminho do comunismo. Nesse sentido, o que se pretendia com a propaganda ideológica elaborada para influenciar as eleições de 7 de outubro de 1962, as únicas realizadas em nível nacional durante o mandato de Goulart⁴, era mostrar que a vitória de partidos de esquerda seria crucial para a realização do suposto projeto de Jango.

Em obra sobre o anticomunismo no Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta afirma que nunca houve uma mobilização eleitoral tão grande, baseada em ideias anticomunistas, como a produzida em 1962⁵. Para se ter uma noção da importância desse pleito, vale ressaltar que alguns dos principais atores políticos envolvidos no golpe civil-militar de 1964 foram eleitos (ou reeleitos) em 1962. Dois exemplos notórios são: Ranieri Mazzilli e Auro de Moura Andrade. Eleito deputado federal pelo estado de São Paulo, Mazzilli presidiu a Câmara dos Deputados e ocupou o cargo de presidente da República após a destituição de Goulart, permanecendo até a posse do general Castello Branco. Auro de Moura Andrade, por seu turno, foi eleito senador por São Paulo e presidiu o Senado Federal. Ele foi o responsável por declarar a vacância da Presidência da República enquanto Jango ainda estava em território brasileiro. Podemos destacar também a eleição do governador paulista Adhemar de Barros, figura importante no apoio ao golpe de 1964 e de Miguel Arraes, governador eleito pelo estado de Pernambuco e que teve seu mandato cassado logo após o golpe civil-militar de 1964.

Nas últimas décadas, a produção historiográfica sobre o governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964 tem crescido substancialmente. Favorecidas pela expansão dos cursos de pós-graduação em História, as novas pesquisas apresentam documentações ainda desconhecidas e abordagens que fogem aos temas já consagrados. Ganham fôlego, do mesmo modo, trabalhos que enfatizam temas ainda pouco estudados, como a repressão contra a população LGBT e o movimento negro, os diversos casos de corrupção durante a ditadura e as pesquisas de caráter regional. Todavia, não existem ainda na historiografia brasileira trabalhos específicos sobre as eleições que ocorreram em 1962. Diversos autores, ao analisar o governo do ex-presidente João Goulart e o golpe de 1964, mencionam brevemente o pleito em suas obras, quase sempre em observações curtas que não excedem dois parágrafos. É comum,

⁴ Em 1963, ocorreram eleições municipais em apenas 7 estados.

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 368f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 308.

entretanto, que alguns analistas emitam opiniões, ainda que breves, sobre quais grupos teriam saído vitoriosos das eleições em questão.

O historiador Daniel Aarão Reis, autor de vasta produção sobre eventos do século XX, incluindo livros sobre o golpe de 1964 e a ditadura, é um dos que apontam a direita como grande vencedora em 1962. O resultado das eleições, na visão do historiador, teria evidenciado a força da direita e da opinião conservadora, visto que os estados-chave elegeram governadores de direita em 1960 e 1962, e o Congresso Nacional permanecia com uma maioria conservadora, se somados os candidatos eleitos por UDN e PSD⁶. Nesse sentido, os esforços do IBAD e do IPES teriam sido contemplados com vitórias significativas.

Na contramão do que defende Aarão Reis, René Dreifuss aponta para um sentido oposto. De acordo com o cientista político uruguaio, as forças de direita apoiadas pelos grupos empresariais teriam obtido apenas um sucesso parcial, elegendo alguns governadores e uma bancada conservadora para a Câmara e o Senado. Contudo, não teriam conseguido o seu principal objetivo, que era impedir a ascensão do bloco nacional-reformista e de seus principais representantes⁷. Com suas pretensões malogradas, o “complexo IPES/IBAD” teria percebido que, a partir da derrota em 1962 e da vitória de Jango no plebiscito de 1963, só conseguiriam derrotar as forças nacional-reformistas e os seus projetos de transformação social, por meio de uma solução militar.

Os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes entendem que, apesar dos gastos milionários com financiamento e propaganda, o resultado das eleições de 1962 não atendeu às expectativas dos grupos de ação política que tentaram persuadir a opinião pública. Em livro recente sobre golpe de 1964, os dois historiadores sustentam que os setores de centro e de esquerda foram amplamente vitoriosos⁸.

Já Thomas Skidmore, no clássico *Brasil: de Getúlio a Castello*, destaca uma equivalência das forças em disputa, já que ambas obtiveram vitórias importantes em 1962. Segundo o autor: “A crescente influência dos radicalizantes podia ser observada em várias lutas individuais, mas os ganhos respectivos da extrema esquerda e da extrema direita pareciam anular-se mutuamente.⁹” Não haveria, portanto, uma tendência nem para a esquerda e nem para a direita no eleitorado.

⁶ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. pp.24-25.

⁷ DREIFUSS, op. cit., pp. 337-338.

⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 283.

No campo das Ciências Sociais existem produções mais específicas sobre as eleições de 1962. É o caso da edição nº16 da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, periódico da UFMG. Em janeiro de 1964, a revista dedicou a edição inteira a análises sobre as eleições de 1962. Além dos textos que se dedicam ao estudo das eleições específicas dos estados, destaca-se o texto de Pompeu de Souza, intelectual e político atuante na época. Souza faz um balanço mais geral do pleito, enfatizando a importância das alianças políticas, principal característica, em sua opinião, das eleições e responsável pela progressiva inautenticidade e decomposição dos partidos. A disputa de 1962, segundo o autor, seria o apogeu das alianças de legendas, já que boa parte dos candidatos eleitos para o Congresso Nacional e para as assembleias estaduais, teria se beneficiado de tais arranjos, definidos pelo autor como eventuais e oportunistas. Não seria possível, desse modo, afirmar quais tendências (esquerda, direita ou centro) teriam saído vitoriosas da disputa, uma vez que, em muitos casos, devido a essa política de alianças, votos petebistas elegeram udenistas, e vice-versa¹⁰.

O sentido geral das eleições de 1962 também foi analisada pelo sociólogo nacionalista e isebiano Hélio Jaguaribe, o primeiro a apresentar um balanço sobre as eleições. Jaguaribe escreveu um artigo sobre o tema para a revista *Tempo Brasileiro*, pouco mais de um mês após a data de votação. Devido à lentidão na contagem dos votos, o autor ainda não conhecia, no momento em que escrevera o texto, os resultados das disputas para os cargos de deputados estaduais e federais.

A despeito dessa ausência parcial de dados e de algumas propostas analíticas que seriam pouco usuais atualmente, o texto de Jaguaribe tem sua importância histórica. O Brasil estaria dividido, segundo o autor, em três estágios de desenvolvimento: tradicional, em decolagem e amadurecido, que representam as regiões brasileiras menos e mais avançadas, com um estágio intermediário entre os dois polos. Em cada região, de acordo com seu estágio desenvolvimento, predominariam certas tendências políticas: conservadorismo senhorial, clientelismo, nacional-progressismo e conservadorismo liberal. Os partidos, nesse sentido, representariam mais as diferenças regionais do que uma tradição político-partidária consolidada, isto é, existiria um PSD, uma UDN e um PTB distintos em suas respectivas seções regionais. Amparado nas informações disponíveis, a pesquisa de Jaguaribe aponta para um crescimento do sentido ideológico da política brasileira, representado pela ascendência do PTB e da UDN, e uma retração do clientelismo, evidenciado pelo fraco desempenho do PSD em algumas votações, como as de governadores, já que os pessedistas só elegeram um governador em 1962. Desse

¹⁰ SOUZA, Pompeu de. Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da reforma. In **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, jan. 1964. n.16, pp. 7-19.

modo, o texto sustenta a hipótese de um equilíbrio de tendências entre as duas posturas ideológicas que estariam ascendendo: o conservadorismo liberal e o nacional-progressismo¹¹.

Esta monografia se divide em três capítulos: no primeiro, faremos um breve panorama de alguns acontecimentos que marcaram o cenário político do início dos anos de 1960. Inicialmente, abordaremos a crise que se instaurou posteriormente à renúncia de Jânio Quadros, com a recusa dos ministros militares em aceitar a sucessão presidencial. Analisaremos a resistência a essa tentativa de golpe e os desdobramentos políticos resultantes, como a adoção do sistema parlamentarista, instaurado como solução para posse de Goulart. A dinâmica política que permeou o novo sistema de governo, as principais legendas políticas que atuavam durante a Quarta República e a atuação das frentes parlamentares, serão, do mesmo modo, elucidados.

No capítulo seguinte, abordaremos o *modus operandi* do IBAD e do IPES em relação às eleições de 1962. Para isso, além da interlocução com a produção historiográfica que estuda a ação desses institutos, analisaremos alguns materiais produzidos no ano de 1962, mais especificamente, nos meses que antecederam as eleições em questão, como artigos publicados na revista *Ação Democrática* e no jornal *A Noite*, os filmes e livros produzidos pelo IPES e a grande circulação de mensagens disseminadas pelo complexo IPES/IBAD por meio de programas de rádio e TV. A questão do financiamento ilícito de candidatos será igualmente verificada, tomando como ponto de partida o livro-denúncia de Eloy Dutra¹², que foi um grande denunciador das ações das elites e suas entidades de classe, de um estudo produzido pela Comissão Estadual da Verdade Dom Hélder Câmara, de Pernambuco, sobre a CPI instaurada em 1963 para investigar os crimes eleitorais cometidos pelo IPES e pelo IBAD, e de entrevistas do então embaixador Lincoln Gordon, que confessou ter financiado candidaturas em 1962.

Por fim, dedicaremos o último capítulo ao estudo dos dados eleitorais referentes à votação ocorrida em 1962. Com base em um documento produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral, disponível para consulta no site da Câmara dos Deputados, e que descreve minuciosamente diversas informações sobre as eleições de 1962, verificaremos a efetividade da empreitada do complexo IPES/IBAD.

Nosso objetivo é analisar os resultados das eleições de 1962, com o propósito de perceber se toda a mobilização de propaganda e financiamento político, arquitetados pelo IPES e o IBAD, com o apoio do governo norte-americano, surtiu ou não o efeito esperado nas urnas.

¹¹ JAGUARIBE, Hélio. As eleições de 1962. **Tempo Brasileiro**, n. 2, 1962.

¹² DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

A hipótese central defendida nesta pesquisa é que, apesar de toda propaganda política e dos milhões movimentados para eleger candidatos conservadores e simpáticos às ideias das elites econômicas, o resultado das eleições não foi o esperado pelos grupos conservadores. Isto porque o número da bancada do PTB na Câmara dos Deputados e no Senado ultrapassou a da UDN, tornando os trabalhistas, principal força eleitoral do campo nacional-reformista, a segunda força política dentro do Congresso, atrás apenas do PSD. Nas eleições para governadores de estados, apesar de algumas vitórias significativas, como a de Ildo Meneghetti (PSD) no Rio Grande do Sul, candidato apoiado pelo IPES, a direita não obteve a hegemonia esperada. Em Pernambuco e no Rio de Janeiro, por exemplo, estados onde a atuação do IPES e do IBAD se fez de forma mais ostensiva, os candidatos Miguel Arraes (PST) e Badger Silveira (PTB) foram eleitos governadores. No estado da Guanabara, onde não houve eleição para governador em 1962, apenas para vice, e reduto do direitista Carlos Lacerda, Eloy Dutra (PTB) foi eleito para o cargo de vice-governador e Leonel Brizola alcançou uma expressiva votação, tornando-se o deputado mais votado do país.

Como a questão principal desta pesquisa se refere à tentativa de influência nos resultados eleitorais, em 1962, praticada por grupos conservadores por meio de proselitismo anticomunista, utilizaremos como perspectiva teórica, autores que abordam questões relacionadas à propaganda política. É fundamental, nessa perspectiva, a compreensão sobre a receptividade de uma mensagem propagandística, seja ela produzida por meio de textos, imagens ou vídeos.

Roger Chartier, ao discutir os pressupostos da História Cultural, sobretudo a questão da representação, defende que a apropriação de uma mensagem por um sujeito ou um grupo, pode significar algo totalmente distinto do que fora proposto por quem a produziu. Isso porque o receptor de um determinado produto cultural tem a capacidade de reapropriá-lo ou mesmo de questionar e resistir a determinados discursos. Nesse sentido, as práticas e condutas dos indivíduos são percebidas como autônomas, produtoras de sentido próprio, de forma inventiva e criadora, e não apenas repositório passivo de consumo cultural¹³.

O problema foi tratado por Jean-Marie Domenach, em *A propaganda política*, livro que trata exatamente dos usos e das principais técnicas propagandísticas. O autor afirma que as propagandas não são onipotentes e podem ser rechaçadas pela opinião pública. O indivíduo, na perspectiva de Domenach, estaria mais suscetível a sofrer influências do grupo em que vive, no que se refere à formação de opinião, do que de mensagens que se propõem a persuadi-lo. Essa

¹³ CHARTIER, Roger. *El mundo como representación: estudios sobre Historia Cultural*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1992. pp. 37-38.

tendência é denominada de *tipicalidade*. De acordo com Domenach “opinar é, para o indivíduo, situar-se socialmente em relação ao seu grupo e aos grupos externos”¹⁴.

Esses referenciais teóricos fornecem-nos importantes chaves explicativas para a compreensão dos motivos pelos quais todo o empreendimento movido pelos grupos de ação político-empresariais, nas eleições de 1962, em forma de financiamento eleitoral ilícito e propaganda política, não teria surtido o efeito desejado, de acordo com o que pretendemos demonstrar.

Nosso principal método de trabalho será a análise dos dados eleitorais sobre as eleições de 1962 e a verificação, por meio desses dados, do desempenho dos partidos políticos. Estudos sobre as principais eleições do período nos ajudarão nessa tarefa. Para averiguar a propaganda política produzida para influenciar as eleições, utilizaremos jornais impressos e periódicos de grande circulação no início da década de 1960, assim como pesquisas recentes e antigas que se debruçaram sobre a produção cultural do complexo IPES/IBAD, com o objetivo de perceber como a campanha política se mostrava ao grande público.

As principais fontes utilizadas nesta pesquisa são as bases de dados sobre as eleições de 1962. No site da Câmara dos Deputados encontramos o registro mais completo desse pleito. Trata-se de um documento formulado pelo TSE, contendo diversos dados estatísticos das disputas estaduais e federais, como os nomes e partidos dos políticos eleitos, a quantidade de eleitores e votantes em cada município, os quocientes eleitorais de cada disputa, a quantidade de votos brancos e nulos, votações recebidas por cada partido etc.

Subsidiariamente, a imprensa serve como fonte para averiguar algumas propagandas políticas, como no caso da seção “Diálogos Democráticos”, publicada em várias edições de jornais, em 1962, onde o IPES divulga suas ideias por meio de um diálogo entre dois personagens. Os livros e filmes produzidos pelo IPES serão igualmente mencionados. Analisaremos também algumas edições da revista *Ação Democrática*, ligada ao IBAD, com o objetivo de encontrar referências às eleições em questão e algumas páginas do jornal *A Noite*, alugado pelo IBAD meses antes do pleito para servir de instrumento político em sua campanha de desestabilização do governo Jango e de propaganda eleitoral.

¹⁴ DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. Tradução de Ciro T. de Pádua. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. pp. 104-105.

CAPÍTULO I: A POLÍTICA BRASILEIRA NO INÍCIO DOS ANOS 1960: CRISE POLÍTICA E ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO

1.1. A renúncia de Jânio Quadros e a crise da legalidade democrática

Se pudéssemos definir em poucas palavras o que foi o governo do ex-presidente João Goulart, não seria arbitrário dizermos que foi um período curto e significativamente conturbado. Primeiro porque durou apenas três anos: começando em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros e da crise política que se seguiu, e se encerrando de forma abrupta em 1964, com o golpe civil-militar. Nesse curto governo de três anos, Goulart passou boa parte de seu mandato sob um sistema de governo parlamentarista, instaurado em 1961 por meio de uma emenda constitucional que garantiu a sua posse, mas o impediu de usufruir dos poderes de um chefe de governo, como previsto na Constituição de 1946 que vigorava no decurso da breve experiência democrática brasileira (1946-1964). Esse cenário só iria se modificar com a vitória da escolha pelo presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, que permitiu a João Goulart governar o Brasil de acordo com a decisão da ampla maioria da população.

João Belchior Marques Goulart nasceu em 1º de março de 1919, em São Borja, Rio Grande do Sul. Antes mesmo de ocupar o principal cargo político do país, já era experiente e ocupara funções importantes durante a sua trajetória na política brasileira. Era considerado o herdeiro político do ex-presidente Getúlio Vargas, que morreu em 1954, e figura de destaque no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O próprio Vargas foi o responsável por introduzi-lo na política, ao apoiar sua candidatura a deputado estadual em 1947. Na década seguinte, Jango, como era conhecido, alcançaria cargos importantes, como os de deputado federal e de presidente do PTB. Em junho de 1953, foi nomeado para o Ministério do Trabalho no governo de Vargas, posição que iria lhe garantir prestígio entre os trabalhadores, sobretudo após aprovar o aumento de 100% do salário mínimo, atendendo a reivindicações dos sindicatos¹⁵.

Nas eleições de 1955, por meio da aliança entre PTB e PSD, João Goulart foi eleito vice-presidente da República na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek, eleito

¹⁵ Sobre a vida de João Goulart, ver; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.), *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; VILLA, Marco Antônio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

presidente¹⁶. O curioso é que Goulart obteve uma extraordinária votação, alcançando meio milhão de votos a mais do que JK¹⁷. Nas eleições de 1960, o PSD lançou a candidatura ao executivo federal do marechal Henrique Teixeira Lott, mais uma vez em coligação com o PTB, que escolheu novamente Goulart para concorrer ao cargo de vice-presidente. Quem se saiu vitorioso, no entanto, foi Jânio Quadros, eleito pelo inexpressivo PTN, mas com o apoio da UDN, partido de maior representatividade no campo da direita. Jânio utilizou como chamariz de sua campanha o combate à corrupção, valendo-se da imagem simbólica da vassoura para sinalizar aos eleitores que faria uma “limpeza” na política e “varreria” a corrupção do Brasil. Apesar da vitória de Jânio, o cargo de vice-presidente do Brasil ficou mais uma vez com João Goulart, que derrotou o candidato udenista Milton Campos.

Surpreendentemente, pouco mais de sete meses após tomar posse na Presidência da República, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao mandato presidencial. Em sua carta de renúncia, lida pelo deputado Dirceu Cardoso na Câmara dos Deputados, Jânio culpa supostas “forças da reação”, que contra ele haviam se levantado por meio de mentiras e intrigas¹⁸. No momento de sua renúncia, Jango, vice-presidente, estava em uma viagem diplomática à República Popular da China, país que havia instaurado um regime socialista após a revolução liderada por Mao Tsé-Tung, em 1949. Alguns analistas entendem que Jânio Quadros havia planejado a renúncia e enviado João Goulart à China propositalmente, como parte de um plano para controlar o país com amplos poderes. Acreditaria o presidente que o povo e os militares ocupariam as ruas em defesa do seu mandato e, a partir disso, ele poderia governar à margem do Congresso Nacional, onde não possuía maioria parlamentar¹⁹. A intenção seria a de tirar proveito da imagem negativa que Jango possuía entre os setores mais conservadores, como afirmam Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes: “Ele (Jânio Quadros) desejou ameaçar os políticos brasileiros, jogando com a ampla rejeição civil e militar ao nome de Goulart.”²⁰ Jango não era figura bem quista nos meios conservadores devido à sua atuação como ministro do Trabalho de Vargas, sua defesa de pautas reformistas e nacionalistas e sua forte ligação com os sindicalistas. Com isso, a ideia de que o vice-presidente pudesse assumir

¹⁶ De acordo com as regras vigentes no Código Eleitoral de 1950, votava-se separadamente para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

¹⁷ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.35.

¹⁸ VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 311.

¹⁹ FERREIRA; GOMES. Op. cit., p. 29.

²⁰ Ibidem. p. 28. (grifo nosso)

o cargo político mais importante do país, causava um enorme desconforto, sobretudo nos meios militares.

A intolerância à possibilidade de João Goulart se tornar presidente se confirmou. Logo após a renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares, marechal Odílio Denis, da Guerra (atualmente, Comando do Exército), vice-almirante Sylvio Heck, da Marinha, e brigadeiro Gabriel Grum Moss, da Aeronáutica, demonstraram, no dia seguinte à renúncia, um incômodo com o fato de Goulart assumir o poder e passaram a atuar para impedir a sua posse. Iniciava-se, assim, uma tentativa de golpe militar que produziria uma das mais graves crises do período republicano no Brasil, e que por pouco não levou o país a vivenciar uma guerra civil naqueles dias finais de agosto de 1961.

Instaurada a crise, o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente o cargo de presidente da República e enviou uma mensagem ao Congresso Nacional comunicando a “inconveniência” manifestada pelos ministros militares com a posse de Goulart. No Rio de Janeiro, o marechal Lott, que havia defendido publicamente a posse de Jango e enviado um manifesto à nação discordando da decisão do ministro da Guerra e convocando a população a defender a Constituição, foi preso²¹.

A maior resistência à tentativa de golpe perpetrada pelos militares veio do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Goulart e político de destaque do PTB. Após tomar conhecimento do que se passara, Brizola atuou destacadamente para que João Goulart pudesse ocupar o cargo que lhe era de direito e impedir o golpe militar. Em uma entrevista concedida no dia 26 de agosto, Brizola já alertava: “Quaisquer remendos à Constituição, criando empecilhos à posse do vice-presidente da República, significariam um golpe e a eles oporemos toda a resistência, mesmo que tenhamos de ser esmagados.”²²

Inicialmente, o governador gaúcho entrou em contato com militares legalistas que apoiavam a posse de Jango, como o general Amauri Kruehl e o próprio marechal Henrique Lott, para auxiliá-lo na resistência. Entretanto, foi por intermédio do movimento que ficou conhecido como Rede da Legalidade que Brizola conseguiu liderar a contestação ao ímpeto golpista dos ministros militares.

O Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, se tornou o centro da resistência. No dia 27 de agosto, Brizola iniciou sua campanha pela manutenção da democracia, ordenando que se formassem barricadas no entorno do palácio. Como as tropas do III Exército haviam tomado algumas rádios gaúchas, Brizola solicitou que seus aliados invadissem a Rádio

²¹ VICTOR. op. cit., p.333.

²² Ibidem. p. 333.

Guaíba e levassem consigo para o Palácio Piratini os equipamentos de transmissão radiofônica, onde improvisou um estúdio. Desse modo, o governador gaúcho conseguiu criar uma rede de rádios que transmitiam suas mensagens a diversas localidades do Brasil. As ruas de Porto Alegre foram tomadas por multidões que defendiam a bandeira da legalidade. Além de civis, Leonel Brizola contava com o apoio da Brigada Militar. Todo esse apoio, no entanto, seria em vão se o comandante do III Exército, general Machado Lopes, aderisse à tentativa de golpe²³.

Os chefes das forças militares ordenaram a Lopes que depusesse o governador Brizola, se preciso fosse bombardeando o Palácio Piratini. Após Brizola receber uma mensagem do próprio comandante do III Exército solicitando uma conversa, o clima ficou tenso na cidade de Porto Alegre, pois acreditava-se que o encontro seria marcado por um ultimato do comandante ao movimento liderado por Brizola. Entretanto, ao contrário do que se imaginava, Machado Lopes comunicou a Brizola que estava ao lado da causa legalista. A adesão das tropas de Lopes modificou completamente o cenário, fortalecendo ainda mais as forças legalistas e dividindo o Exército. Thomas Skidmore defende que essa cisão dentro das Forças Armadas, entre os defensores da manutenção da ordem democrática e os que eram contrários à posse de Jango, aliada à uma ampla base de políticos de centro, foi mais importante para que o golpe fosse derrotado do que a própria manifestação dos grupos de esquerda²⁴.

Além do Rio Grande do Sul, ocorreram manifestações em outros estados do país. Em Goiás, o governador Mauro Borges, numa atitude próxima à de Brizola, declarou-se contra a atitude dos ministros militares e formou um exército de populares para garantir a posse de Jango, caso necessitasse. Organizações da sociedade civil, como a OAB e a CNBB (que em 1964 apoiariam o golpe), além da UNE, se manifestaram a favor da manutenção da democracia. Trabalhadores, estudantes e sindicatos deflagraram greves em diversos estados em apoio a admissão de João Goulart para o cargo de presidente²⁵.

De um modo geral, podemos afirmar que o parlamento teve uma postura favorável à investidura de Jango como presidente da República. Argelina Figueiredo enfatiza a atuação dos parlamentares na resistência ao cumprimento das exigências dos ministros militares. Nas palavras da autora: “O repúdio ao veto militar foi vigoroso e unânime dentro do Congresso. Mesmo a UDN e a ala conservadora do PSD, os principais opositores de Goulart, expressaram

²³ Ibidem. pp. 33-37.

²⁴ SKIDMORE. op. cit., p. 262.

²⁵ FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955, 1961”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano vol.3. O tempo da experiência democrática: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2011. p. 333-334.

sua recusa em aceitar uma ruptura institucional.”²⁶ No dia 29 de agosto, o Congresso Nacional votou o *impeachment* de Jango. Por ampla maioria, 299 votos contrários e 14 favoráveis, a tentativa de afastamento de João Goulart foi derrotada sem muitos esforços²⁷.

A crise se agravava cada vez mais e Goulart permanecia fora do país, fazendo uma longa viagem de volta. Sabendo que o ministro da Guerra declarara que o prenderia se ele retornasse ao Brasil, Goulart adotou a estratégia retardar sua volta ao país, deixando que a crise se aprofundasse e surgissem tentativas de solucioná-la. Durante a viagem — que passou por Cingapura, Paris, Barcelona, Nova York, Miami, Panamá, Lima, Buenos Aires, até desembarcar de vez em Montevidéu e de lá se dirigir para o Rio Grande do Sul — o vice-presidente telefonou para algumas lideranças políticas no Brasil, como Amaral Peixoto, Tancredo Neves, JK e San Tiago Dantas, buscando um desfecho favorável para a crise, já que aguardava a negociação de parlamentares junto aos ministros militares²⁸.

Como o inconveniente era o poder que Jango exerceria, caso tomasse posse, a proposta de um sistema parlamentarista começou a ser articulada entre os políticos e os militares. Havia em tramitação no Congresso um projeto de lei do senador Raul Pilla que previa a instauração do parlamentarismo. Uma comissão foi formada para adaptar o projeto de Pilla e aprová-lo com mais rapidez. Era uma solução que poria fim ao embaraço causado pela atitude dos ministros militares: o vice-presidente assumiria o cargo de presidente, mas sem os poderes que teria no presidencialismo, ou seja, além de enfraquecê-lo politicamente, dificultaria, do mesmo modo, a aprovação das pautas reformistas defendidas por Jango. Além disso, a ordem institucional seria mantida, sem o risco imediato de rupturas. Após uma negativa inicial à proposta, Goulart acabou aceitando-a como uma forma de apaziguar o clima bélico que pairava sobre o Brasil. Por conseguinte, isolados em seus posicionamentos golpistas, os ministros militares decidiram aceitar a emenda parlamentarista, porém, condicionariam o seu apoio à imposição de duas condições: 1) Goulart deveria ser impedido de dissolver o Congresso e convocar novas eleições; 2) o *impeachment* do presidente poderia ser votado em caso de “risco à segurança nacional”²⁹.

Todavia, essa proposta não agradava a todos. Políticos de esquerda, principalmente do PTB e do PSB, intelectuais ligados ao PCB, denunciavam a intenção de mudança de regime como um golpe branco. A União Nacional dos Estudantes, assim como os sindicatos, não aceitavam a mudança. Outrossim, Leonel Brizola, que liderara a Rede da Legalidade e colocou

²⁶ FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²⁷ FERREIRA; GOMES, op. cit., p.42.

²⁸ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, FGV: 2014. p. 19.

²⁹ FIGUEIREDO, op. cit., p.48-49.

em risco sua vida em defesa da posse de Goulart, se opôs com veemência à solução parlamentarista. O governador gaúcho teria tentado convencer Jango a marchar até Brasília com as tropas do III Exército, fechar o Congresso e convocar uma nova Constituinte³⁰. Na visão desses setores, a emenda parlamentarista era inconstitucional, visto que o tempo necessário para debater o projeto não havia sido respeitado³¹.

Depois da aprovação da Emenda Constitucional na Câmara dos Deputados por 233 votos contra 35, no dia 7 de setembro de 1961, data simbólica da comemoração da Independência do Brasil, João Goulart tomou posse como presidente da República. O discurso de posse de Jango foi marcado por um tom conciliador, enfatizando a defesa da Constituição e a soberania do povo:

A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra o respeitoso acatamento a ordem constitucional. Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes vice-presidente da República, e que, em impressionante manifestação de respeito à legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se através de todas as suas forças para impedir que a decisão soberana fosse desrespeitada.³²

1.2. Partidos políticos, frentes parlamentares e parlamentarismo à brasileira

Na democracia instaurada após o Estado Novo e que sobreviveu até a ruptura institucional de 1964, três partidos políticos fundados em 1945 dominaram o cenário nacional: o PSD, o PTB e a UDN. Em 28 de maio de 1945, o Decreto-Lei nº 7.586, conhecido como Lei Agamenon, estabeleceu as condições essenciais para a nova organização partidária no Brasil. Os partidos, a partir desse momento, deveriam romper com a lógica regional e organizar-se com bases nacionais, inviabilizando, desse modo, uma organização partidária fragmentada e regionalista como da Primeira República³³. Em grande parte das análises sobre a dinâmica político-eleitoral do período, o PSD é descrito como um partido de centro, enquanto PTB e UDN representariam posições políticas de esquerda e de direita, respectivamente. Não caberia neste trabalho, e nem é a proposta dele, produzir uma análise detalhada sobre todas as legendas que atuaram no período. Nos restringiremos, portanto, ainda que de forma sucinta, aos três principais partidos.

³⁰ FERREIRA; GOMES, op. cit., p.46.

³¹ VICTOR, Mário. op. cit., p.405.

³² Ibidem. p.410.

³³ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In FERREIRA; DELGADO (Orgs.), op. cit., p. 134.

Caracterizado, principalmente, por uma postura pragmática e por ser sustentado por uma base de apoio baseada no clientelismo, o Partido Social Democrático (PSD) foi a agremiação política que conseguiu maior sucesso eleitoral no período democrático entre 1945 e 1964. Além de eleger dois presidentes da República, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek, o PSD obteve maioria parlamentar dentro do Congresso Nacional em todo o período mencionado. O partido foi formado por antigos interventores do Estado Novo, segmentos da classe média urbana e representantes de oligarquias estaduais³⁴.

Os políticos vinculados ao PSD defendiam pautas diversas, que oscilavam entre posicionamentos mais conservadores, em alguns momentos, e de apoio às reformas, em outros. Lúcia Hippólito, aponta as duas principais forças no interior do partido, denominadas por ela de “raposas” e “reformistas”. Os primeiros, hegemônicos dentro do partido, seriam os líderes estaduais com autonomia em relação ao diretório nacional e que estariam mais próximos da defesa de interesses políticos de caráter conservador e oligárquico. O outro grupo, também conhecido como “Ala Moça”, era o setor mais à esquerda dentro do PSD, composto por políticos mais jovens, ligados a matérias de cunho nacionalista e mais dispostos ao diálogo com as diversas forças progressistas existentes³⁵.

O Partido Trabalhista Brasileiro, por sua vez, era o principal beneficiário do legado trabalhista de Getúlio Vargas. Sua principal base de apoio político eram as organizações sindicais e trabalhadores urbanos. Os sindicatos eram, nas palavras de Delgado, “(...) os espaços eleitos para atuação e sustentação do PTB ao nível da sociedade civil”³⁶. O PTB era o partido que tinha um programa mais nítido e bem definido, abrangendo questões econômicas e sociais, além de proposições reformistas³⁷. Os trabalhistas tiveram um crescimento significativo na conjuntura política de 1945 a 1964, alcançando o auge de seu crescimento justamente durante as eleições de 1962, quando ultrapassou a UDN em número de parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado, tornando-se o segundo partido com mais cadeiras no Congresso Nacional, atrás apenas do PSD.

Alguns autores afirmam que existia uma ala radical e outra mais moderada dentro do PTB. Os “radicais” seriam os políticos e militantes mais próximos a Leonel Brizola, e que tinham como principais características a forte inspiração nacionalista, a luta até às últimas consequências pela aprovação das reformas de base e pouca aceitação de alianças com setores

³⁴ Ibidem. pp. 138-139.

³⁵ HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³⁶ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p.14.

³⁷ DELGADO, In: FERREIRA; DELGADO (Orgs.) op. cit., p. 141.

que consideravam retrógrados. Enquanto o outro grupo, dos “moderados”, tinha San Tiago Dantas como sua figura principal, e seria mais aberto e flexível a negociações com forças políticas antagônicas e afeito a soluções democráticas para a resolução de problemas e crises. Essas diferenças circunstanciais de concepção política dos grupos petebistas levaram certos autores a designá-los com a estranha nomenclatura de “esquerda negativa” e “esquerda positiva”, respectivamente³⁸.

Já a União Democrática Nacional destoava dos outros dois grandes partidos da época por seu caráter marcadamente antigetulista. O partido foi fundado por uma ampla frente de oposição ao Estado Novo e era formado em suas origens, segundo Maria Victoria Benevides, por 1) oligarquias que foram alijadas do poder após a revolução de 1930; 2) antigos aliados de Getúlio; 3) grupos liberais com identificação regional; e 4) setores de esquerda³⁹. A UDN era um partido controverso, que, apesar de ficar marcado na história da política brasileira por atitudes golpistas e antidemocráticas, abrangia diversas tendências internas. Benevides afirma que: “[...] coexistiam, na UDN, algumas teses liberais e progressistas, com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas.”⁴⁰

A ala mais reacionária da UDN era liderada por Carlos Lacerda, jornalista e governador eleito pelo estado da Guanabara em 1960. Lacerda possuía posicionamentos abertamente anticomunistas e antigetulistas e, em diversos momentos, suas ações convergiam em práticas antidemocráticas. Havia, contudo, uma ala mais progressista dentro da UDN, conhecida como “Bossa Nova”. Este grupo divergia, até certo ponto, das principais linhas políticas adotadas pela legenda e alguns de seus integrantes se aliaram a políticos reformistas e integraram a Frente Parlamentar Nacionalista. Há que se considerar, no entanto, que políticos de destaque desse grupo apoiaram o golpe de 1964, como Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais e considerado um opositor moderado de Goulart, mas que atuou diretamente na deflagração do golpe.

As principais eleições ocorridas entre 1945 e 1962 foram marcadas pela aliança política entre PSD e PTB, que obteve vitórias importantes nas principais disputas do período. Tomando como exemplo as eleições para a Presidência da República, quase todos os presidentes eleitos, com a exceção de Jânio Quadros, vieram da parceria entre pessedistas e petebistas⁴¹.

³⁸ SKIDMORE, op. cit., p.267.

³⁹ BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 29.

⁴⁰ Ibidem. p. 17.

⁴¹ Sobre as principais eleições ocorridas entre 1945-1964, ver, entre outros: SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990. SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986. LAVAREDA, Antônio. *A*

Logo em 1945, no primeiro sufrágio após a ditadura estadonovista, o candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo PTB e por sua figura mais emblemática, Getúlio Vargas, derrotou o candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes. Nas eleições de 1950, a coligação se manteve e Vargas retornou ao Palácio do Catete para comandar o Brasil novamente, derrotando mais uma vez Eduardo Gomes. Na disputa de 1955, mais uma vez a aliança PSD-PTB elegeu um candidato à presidência, dessa vez o vencedor foi Juscelino Kubitschek, que derrotou o udenista Juarez Távora. Em 1955 e 1960, João Goulart elegeu-se vice-presidente nas chapas encabeçadas, respectivamente, por Juscelino Kubitschek e pelo marechal Henrique Teixeira Lott, este derrotado por Jânio Quadros. O pleito de 1960 foi o único vencido pela direita mais tradicional nas disputas pela Presidência da República.

Durante a década de 1960, mais especificamente após à posse de Jango e o crescimento da luta por reformas sociais, PSD e UDN aproximaram-se por interesses comuns na manutenção de privilégios que poderiam ser atacados com mudanças mais abrangentes na sociedade brasileira, como os esforços por uma reforma agrária mais radical. O PTB, por seu turno, manteve durante a década de 1960 uma relação próxima ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), já que ambos somavam esforços para a aprovação de transformações estruturais mais aprofundadas.

Outra marca importante da política brasileira dos anos 1960 são as frentes parlamentares: FPN e ADP, que representavam no âmbito do Congresso Nacional a polarização existente na sociedade civil. Os integrantes dessas duas organizações eram oriundos dos mais variados partidos políticos e se organizavam em torno de um objetivo comum, ainda que esse objetivo representasse uma linha ideológica que divergisse da adotada pelo partido que representavam. De acordo com Delgado, “os políticos se filiavam às frentes parlamentares, mas continuavam vinculados oficialmente a seus partidos de origem. Formavam, entretanto, blocos coesos para a defesa ou contraposição a determinados projetos”⁴².

Fundada em 1956, com objetivos claros de lutar por reformas estruturais e pela defesa do nacionalismo, a Frente Parlamentar Nacionalista era formada majoritariamente por membros do PTB, mas aglutinou também políticos de outras agremiações, inclusive da UDN. Essa configuração pluripartidária em alguns momentos causou dissensões no interior da FPN, como na orientação de votos para a disputa presidencial em 1960, em que políticos udenistas que

Democracia nas Urnas – O processo Partidário Eleitoral Brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991. SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

⁴² DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia”. In FERREIRA; DELGADO (Orgs.) op. cit., p. 149.

pertenciam à FPN se recusaram a apoiar a candidatura de Lott e declararam voto em Jânio Quadros, seguindo a linha da UDN⁴³.

A FPN estava integrada também às ideias produzidas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituições que forneciam os referenciais teóricos para diversos grupos nacionalistas. Ademais, possuía ligações com movimentos sociais e sindicatos que se alinhavam à esquerda, como as Ligas Camponesas, a UNE, a PUA e a CGT⁴⁴.

Cinco anos depois, para se opor ao crescimento da FPN, políticos de direita criaram a Ação Democrática Parlamentar, que tinha como sua principal bandeira o anticomunismo e a forte oposição às políticas reformistas, bem como a defesa da abertura irrestrita do Brasil ao capital internacional. A ADP tinha em sua composição uma maioria de políticos da UDN e de outros partidos de direita, como o PR, PDC, PRP e PL, embora possuísse em seus quadros muitos pessedistas e alguns poucos petebistas, além de representantes do catolicismo. Em dissertação de mestrado sobre a ADP, ao analisar a composição e a trajetória de seus membros, Thiago Nogueira destaca que boa parte desses políticos possuíam longa trajetória na política brasileira, alguns em atuação desde as décadas de 1930 e 1940, como é o caso do ex-integralista Raimundo Padilha (UDN); de políticos que atuaram como constituintes em 1934 e 1946, como Horácio Lafere (PSD), Alfredo de Arruda Câmara (PDC) e Alde Sampaio (UDN); e até mesmo os ex-interventores Francisco Leite Neto (PSD) e Mário Gomes (PSD)⁴⁵.

Do mesmo modo, era notória a ligação dos parlamentares desta frente com o IBAD e o IPES. Durante as eleições de 1962, diversos políticos vinculados à ADP receberam financiamento e apoio logístico desses institutos para concorrer a cargos nas esferas estadual e federal. As principais atividades dos políticos da ADP ganhavam destaque na revista *Ação Democrática*, também vinculada ao IBAD. A título de exemplo, ao noticiar a rejeição à indicação de San Tiago Dantas para o cargo de primeiro ministro, a edição de julho de 1962 da revista apresenta o seguinte título “Ação Democrática Parlamentar comandou grande vitória”⁴⁶.

Todas essas forças políticas foram atuantes durante o governo de João Goulart, que é visto por alguns autores como o auge da polarização e das disputas mais intensas entre grupos de matriz ideológica distintos. Para o historiador Jacob Gorender, a primeira metade da década

⁴³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 14, nº 27, 1994.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ SOUZA, Thiago Nogueira. *Ação Democrática Parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015. pp. 39-47.

⁴⁶ Revista *Ação Democrática*. *Apud*. Ibidem, p. 87.

de 1960 no Brasil teria sido o ponto máximo da luta de classes no país, o que configuraria uma conjuntura pré-revolucionária⁴⁷. Já na fase parlamentarista é possível identificar conflitos que seriam recorrentes até o golpe de 1964, como os radicalismos à esquerda e à direita, as discussões acaloradas no parlamento e as disputas na sociedade civil organizada contra e a favor das reformas de base.

O regime parlamentarista foi aceito como uma solução negociada para que se evitasse uma ruptura institucional e um conflito armado no Brasil. Era, entretanto, um regime que não agradava a quase ninguém. Goulart, obviamente, embora tenha aceitado a solução parlamentarista, se sentia despido dos poderes que lhe foram concedidos por intermédio do voto popular e do que dizia o texto constitucional antes de sofrer a emenda. A maioria do Congresso Nacional, com raras exceções de políticos que assumidamente eram parlamentaristas, também não defendia o regime de gabinete. Políticos influentes que tinham pretensões de concorrer à Presidência da República nas eleições que seriam realizadas em 1965, como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, também não apreciavam o sistema parlamentarista brasileiro. Por fim, entre a população brasileira o parlamentarismo não tinha uma popularidade que lhe sustentasse, o que ficou evidente no plebiscito de janeiro de 1963.

A Emenda Constitucional nº4, que instituiu o parlamentarismo, também conhecida como Ato Adicional, era confusa e inaugurou uma espécie de parlamentarismo à brasileira. Diferentemente de outros sistemas de governo parlamentaristas, o que foi estabelecido no Brasil, em 1961, possuía algumas singularidades. Não era o primeiro-ministro, por exemplo, quem nomeava os ministros de Estado, como é comum em regimes desse tipo. Jango nomeava o presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), que deveria passar pelo crivo da Câmara dos Deputados, e este escolhia o gabinete ministerial, formado por treze pastas ministeriais. Tínhamos, portanto, uma situação inusitada em que o presidente era responsável pela indicação de alguém de sua plena confiança para governar o país. O indicado por ele, nomeava os ministros de Estado⁴⁸.

A experiência parlamentarista foi um total fracasso. Alguns analistas afirmam que o próprio João Goulart agia para que o sistema não funcionasse, supostamente como uma estratégia política para o retorno do presidencialismo. De acordo com Skidmore:

[...] as perspectivas dum governo eficaz, sobre um híbrido regime parlamentar, apresentavam-se más, em virtude do presidente e de seus aliados políticos não desejarem, realmente, que o sistema funcionasse, especialmente depois do princípio

⁴⁷ GORENDER, Jacob. *O Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, pp. 66-67.

⁴⁸ FERREIRA; GOMES, op. cit., p.52.

de 1962. Pelo contrário, esperavam capitalizar sua aparente ineficácia, para qual contribuía, a fim de apressar o plebiscito.⁴⁹

O primeiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro foi Tancredo Neves, político pertencente ao PSD e que possuía boa relação com Jango. A primeira formação de gabinete ministerial ficou conhecida como “gabinete de unidade nacional”, já que agregou e buscou conciliar os interesses de grupos políticos antagônicos. Algumas pastas importantes dentro do governo, por exemplo, ficaram nas mãos de membros da UDN, como o Ministério da Fazenda, que ficou a cargo do banqueiro Walter Moreira Sales, e o Ministério de Minas e Energia, entregue a Gabriel Passos. No total, o PSD ficou com a maioria dos ministérios, quatro, enquanto UDN e PTB ocuparam duas pastas cada. Dois partidos menores, PDC e PSB, ocuparam uma pasta cada um. A composição conciliatória do primeiro gabinete desagradou profundamente a ala mais à esquerda do PTB, que via com desconfiança a aliança com setores conservadores, em vista das dificuldades que poderiam surgir para a aprovação das reformas de base.

O gabinete liderado por Tancredo, que além de “premier” também esteve à frente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foi o mais longo, durando até junho de 1962. Como avaliou Rubiatti, foi o único comprometido realmente em governar o país, tentando contornar a crise criada após a renúncia de Jânio Quadros e os principais problemas econômicos, enquanto os seus sucessores teriam se dedicado inteiramente a conseguir a antecipação do plebiscito para a volta do presidencialismo junto ao Congresso⁵⁰.

No que se refere às relações internacionais, o novo governo manteve a orientação que já vinha sendo seguida desde o governo de Jânio, isto é, de manter uma política externa independente, rompendo posições de alinhamento automático com os países centrais, especialmente com os Estados Unidos. Essa postura se tornou notória com o restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética e durante a Conferência de Punta del Este, em 1962, quando o chanceler brasileiro San Tiago Dantas adotou uma postura de neutralidade frente à Revolução Cubana, desagradando profundamente o secretário de Estado norte-americano Dean Rusk⁵¹. Ao fim deste evento, ficou decidida a expulsão de Cuba da OEA por quatorze votos favoráveis e uma abstenção, justamente a do Brasil.

⁴⁹ SKIDMORE, op. cit. p. 70.

⁵⁰ RUBIATTI, Bruno de Castro. *Relação entre o Executivo e o Legislativo no período parlamentarista no Brasil (1961-1963)*. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2008. p.124.

⁵¹ BANDEIRA, op. cit., p.47

Na economia, o governo enfrentou uma grave crise econômica que assolava o país, herança dos governos de JK e Jânio. Diante de um cenário em que a inflação alcançava 45% ao ano, o governo apostou em políticas econômicas que aliavam medidas ortodoxas para tentar conter a crise, o que já era esperado após a nomeação de um banqueiro aliado às políticas do FMI para a Fazenda, a projetos desenvolvimentistas, que apostavam em “quatro diretrizes fundamentais: desenvolvimento econômico, estabilidade da moeda, integração nacional e justiça social”⁵². Em abril de 1962, uma comitiva brasileira acompanhou Jango em uma viagem oficial aos Estados Unidos, numa tentativa de renegociar a dívida externa e obter novos empréstimos junto ao governo e a instituições financeiras norte-americanas, e de amenizar o desgaste político produzido pela atitude de Leonel Brizola, que em fevereiro do mesmo ano desapropriara os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da empresa norte-americana *International Telephone & Telegraph*, que atuava na capital gaúcha. A viagem, entretanto, rendeu poucos resultados a Jango, que voltou dos EUA de “mãos vazias”⁵³.

Embora tenha sido taxado de conservador por setores de esquerda mais radicalizados, o primeiro gabinete promoveu ações de cunho nacionalista. O cancelamento da concessão para a exploração de minérios para a empresa norte-americana *Hanna Company*, que foi estatizada em outubro de 1961, a já mencionada aproximação com a URSS e a própria criação da Eletrobrás, simbolizando que o Estado seria o principal responsável pela questão energética no país, são alguns exemplos. Além disso, para aumentar ainda mais o seu prestígio frente aos trabalhadores, João Goulart aprovou a criação do 13º salário para trabalhadores do setor privado. Mas o que de fato exacerbava os ânimos entre setores progressistas e conservadores era a questão da reforma agrária.

Essa pauta, inclusive, opôs o próprio Goulart ao gabinete ministerial e ao Congresso. Os setores da esquerda defendiam uma reforma agrária mais ampla, sem concessões a demandas de grandes proprietários de terra e seus representantes no Congresso, ou mesmo sem a indenização aos proprietários, como era previsto no Art. 141 da Constituição de 1946. Essa proposta mais radical ganhou o apoio de Jango, que se colocava ao lado dos camponeses. Por outro lado, propostas mais brandas ou mesmo a recusa total à ideia de repartição de terras, eram apoiadas por setores mais conservadores. Essa disputa pelo modelo de reforma a ser adotada causou discórdia entre o governo e boa parte de sua base aliada. Setores importantes do PSD, aliado histórico do PTB em diversas disputas eleitoras, aproximaram-se da UDN e dos demais

⁵² FERREIRA; GOMES, op. cit., 88-89.

⁵³ BANDEIRA, op. cit., pp. 49-52.

partidos de direita para combater a proposta apoiada por Jango⁵⁴. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos defende como a principal causa para a crise política do início dos anos 1960 a incapacidade de o Congresso Nacional tomar decisões, configurando o que o autor denomina de “paralisia decisória”. A imobilidade do Congresso, na visão de Santos, era gerada justamente pela radicalização dos partidos políticos e das frentes parlamentares, que se mostravam irreconciliáveis e incapazes de chegar a objetivos comuns, ocasionando uma decrescente capacidade de aprovar projetos de lei⁵⁵.

Em junho de 1962, visando à reeleição para o cargo de deputado federal, Tancredo Neves renunciou ao cargo de primeiro ministro. A legislação exigia que membros do governo que pretendessem concorrer a cargos eletivos se desincompatibilizassem de seus cargos meses antes do pleito. Além disso, Ferreira e Gomes entendem que o discurso de Goulart no dia do trabalhador, em que criticou abertamente o parlamentarismo, causou desconforto entre os ministros e abriu caminho para a sucessão do gabinete⁵⁶. Iniciava-se, então, a escolha para o novo gabinete ministerial, que, para além de uma simples troca de ministros, representava também a própria sobrevivência do parlamentarismo. O que se viu daí em diante, contudo, foi a morte lenta e gradual do sistema parlamentarista.

Para ocupar a vaga deixada por Tancredo, João Goulart submeteu ao Congresso Nacional o nome de San Tiago Dantas. A indicação de Dantas teve grande apoio de setores da sociedade civil, especialmente nos meios intelectuais e em grupos de esquerda, mas o Congresso Nacional o rejeitou por 174 votos contra 110. A repulsa ao nome de Dantas estava diretamente ligada à sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, tais como a reaproximação com a URSS e o seu posicionamento na Conferência de Punta del Este, quando se absteve de votar a favor de punições contra Cuba⁵⁷.

O próximo nome escolhido foi o do senador Auro de Moura Andrade, aprovado por 222 votos contra 51, em 3 de julho. No dia seguinte à aprovação, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) organizou greves por todo o país como forma de protesto ao nome escolhido e em desagravo à desaprovação de San Tiago Dantas. O senador nem chegou a assumir o cargo, renunciando após a grande pressão popular.

O nome de Brochado da Rocha (PTB) surgiu, assim, como uma opção de consenso dentro do Congresso, já que, embora fosse um político ligado à Brizola, sustentava posições

⁵⁴ Ibidem. p. 57.

⁵⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme. *Paralisia de Decisão e Comportamento Legislativo: a Experiência Brasileira 1959-1966*. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, vol. 13, n. 2, abr-jun 1973.

⁵⁶ FERREIRA; GOMES. op. cit., p. 105.

⁵⁷ VICTOR, op. cit., p. 131.

mais moderadas. No dia 10 de julho, por 215 votos contra 58, Brochado foi aprovado como o novo primeiro-ministro. O gabinete de Brochado notabilizou-se por seu empenho em antecipar o plebiscito que decidiria sobre a volta do presidencialismo.

O Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, previa, em seu artigo 25, a realização de um plebiscito para a confirmação do novo sistema de governo. Mas a realização dessa consulta popular deveria se realizar, de acordo com o artigo, faltando nove meses para o fim do mandato presidencial. Em outras palavras, era mais um mecanismo para impedir que Goulart tivesse a possibilidade de governar o país. A partir da posse de Brochado, o governo passou a atuar junto ao Congresso para tentar a antecipação da data do plebiscito⁵⁸.

No mês de agosto 1962, parlamentares passaram a ser pressionados por sindicatos, setores das Forças Armadas e partidos de esquerda para a antecipação do plebiscito. A ideia inicial era que a data coincidisse com as eleições de 7 de outubro de 1962. O próprio Brochado da Rocha enviou uma mensagem à Câmara dos Deputados solicitando poderes para propor a antecipação do plebiscito, o que acabou sendo encarado com uma afronta pelo Congresso. Em setembro, o comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, tornou pública uma carta destinada ao presidente da República e endossada pelos generais Osvaldo Ferreira Alves e Peri Bevilacqua, comandantes do I e II Exércitos, respectivamente, em que se diziam impossibilitados de garantir a segurança do país se a população se insurgisse, caso o Congresso Nacional não aprovasse a antecipação do plebiscito. Esse ato gerou uma nova crise política no país⁵⁹.

Em 14 de setembro de 1962, Brochado da Rocha renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Novamente, os sindicatos convocaram uma greve geral com o intuito de fazer com que Goulart escolhesse um político comprometido com as reformas e com a antecipação do plebiscito e não aceitasse conciliar com forças opositoras. Por meio de um acordo político com Jango e pressionado pela greve dos trabalhadores, o Congresso Nacional aprovou, no dia 15 de setembro, uma Lei Complementar que antecipou o plebiscito para a data de 6 de janeiro de 1963.

Passada a crise, Goulart indicou Hermes Lima, do PSB, para comandar o que seria o último gabinete ministerial. A atuação de Hermes Lima se restringiu basicamente em organizar o plebiscito e fazer a transição para o novo sistema político. No meio disso, em outubro de 1962, realizaram-se as eleições para o Congresso Nacional, governadores e vice-governadores de estado.

⁵⁸ FERREIRA; GOMES. Op. cit., p. 113.

⁵⁹ Ibidem. pp. 114-115.

Na data de 6 de janeiro de 1963, Jango fez um pronunciamento ao povo brasileiro conclamando-o às urnas em apoio ao presidencialismo: “Desta vez quem decide é o povo. Está em suas mãos encerrar a crise institucional gerada pelos acontecimentos de agosto de 1961.”⁶⁰

A realização do plebiscito para a escolha do sistema de governo a ser adotado no Brasil só confirmou o que já era esperado: 11.531.070 eleitores compareceram às urnas para a votação. Desse total, 9.457.488 optaram pelo “Não” ao parlamentarismo, e apenas 2.073.582 votaram “Sim”, pela manutenção do regime em vigor⁶¹. Finalmente João Goulart passaria a governar o país com maiores poderes. Durante o ano de 1963, Jango enfrentaria uma forte oposição dos setores de direita organizados nos partidos políticos e em grupos ligados à classe empresarial, que mobilizaram uma enorme campanha para desestabilizar o seu governo.

⁶⁰ *Diário de Notícias*, 6 e 7 de janeiro de 1963, capa. Apud. MELLO, Demian Bezerra. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. 2009. 231f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

⁶¹ MELLO, Demian. *Ibidem*. p. 214.

CAPÍTULO II: OS GRUPOS DE AÇÃO POLÍTICA DA ELITE EMPRESARIAL E A INTERFERÊNCIA NAS ELEIÇÕES DE 1962.

2.1. Estrutura, organização e *modus operandi* do IBAD e do IPES

A interferência mais voraz na política brasileira por parte do governo norte-americano e de empresários nacionais e multinacionais, no início dos anos 1960, deve ser compreendida levando em consideração a conjuntura internacional do período. Em outras palavras, é fundamental que as análises sobre o governo do ex-presidente João Goulart considerem o clima de tensão motivado pela Guerra Fria e a atuação da CIA na América Latina. O governo estadunidense, que até o final da década de 1950 dava pouca atenção à política interna de seus vizinhos do sul, muda sua postura após a Revolução Cubana, de 1959. A partir desse momento, e principalmente durante os governos de John Kennedy (1961-1963) e Lyndon Johnson (1963-1969), os EUA promoveram algumas iniciativas, principalmente a Aliança para o Progresso, que tinham como objetivo melhorar sua imagem na América Latina e impedir a ascensão de guerrilhas ou governos de esquerda nos países latino-americanos. Temia-se, naquele momento, o surgimento de uma “outra Cuba”⁶². O Brasil, país de dimensões continentais, com um enorme contingente populacional e fonte abundante de matérias-primas, não poderia de modo algum seguir o exemplo cubano.

No período conhecido como Quarta República (1945-1964), o Brasil passava importantes transformações. A partir da década de 1950 ocorre uma intensificação do processo de urbanização no Brasil, que passa a concentrar nos grandes centros urbanos, principalmente os da região Sudeste, indivíduos egressos das mais remotas regiões do país. Provocada pelo crescente processo de industrialização, que fora alavancado por Vargas a partir de 1930 e se consolidou nas décadas seguintes, a migração em busca de melhores condições de vida produziu também o crescimento da classe trabalhadora urbana, organizada em sindicatos, partidos e movimentos sociais para reivindicar mudanças estruturais que diminuíssem a desigualdade social no país.

Durante os anos 1950, sobretudo durante a administração de JK, a indústria brasileira passou por um processo de desnacionalização. A instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), aprovada ainda durante o governo de Café Filho e implementada durante o governo JK, permitiu uma maior abertura ao capital estrangeiro em condições muito vantajosas, bem como a permissão para importação de bens de capital, que passaram a concorrer

⁶² FICO. Op. cit., pp. 24-30.

diretamente com a produção da indústria nacional. Essa abertura produziu uma mudança no perfil do empresariado industrial brasileiro, até então era majoritariamente nacional. Com o espaço para a concorrência de empresas estrangeiras, muito maiores e mais estruturadas, o empresariado brasileiro se funde ao capital internacional, formando o que Dreifuss descreve como capital multinacional e associado. E é justamente essa nova fração das elites empresariais associadas ao capital estrangeiro que vai se organizar em torno de entidades que pretendiam restringir a organização dos trabalhadores e as reformas sociais mais amplas⁶³.

Ainda no final da década de 1950, começaram a surgir alguns importantes núcleos organizados das classes conservadoras para fins de ação política e ideológica. Era uma mudança tática que buscava outras formas de defender os interesses do capital, influenciar a opinião pública e interferir nos assuntos do Estado⁶⁴. Em 1959 foi fundado o IBAD, instituído com a alegação de ser um defensor da democracia no Brasil. O instituto tinha entre seus fundadores membros proeminentes da elite empresarial e financeira, que já atuavam em associações de classe, como o Conselho Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP), a Associação Comercial do Rio de Janeiro e as American Chambers of Commerce, além de oficiais das forças armadas. O principal dirigente ibadiano era Ivan Hassloch (que foi também diretor-presidente da Promotion S.A., membro do colegiado nacional da ADEP e integrante do IPES) diretor geral da entidade e descrito por alguns autores como o agente de ligação da CIA para o Brasil, Bolívia e Equador⁶⁵.

Após um início discreto, com a chegada de Goulart à Presidência da República, o IBAD intensificou suas atividades e passou a exercer uma forte influência dentro do Congresso Nacional e em alguns governos estaduais, estabelecendo vínculos com parlamentares ligados à Ação Democrática Parlamentar (ADP), como o udenista João Mendes da Costa Filho, líder da ADP no Congresso. Esta frente parlamentar se tornou o elo entre membros do IBAD e políticos conservadores em todo o país.

O IBAD contava também com a ajuda de organizações subsidiárias, como a Ação Democrática Popular (ADEP) e a Incrementadora de Vendas Promotion S.A., que eram seus canais de atuação mais notórios, com os quais compartilhava escritórios e funcionários. A ADEP foi fundada em março de 1962 e era responsável pelas atividades político-eleitorais ibadianas, atuando diretamente como escoadouro de remessas para candidatos nas principais disputas eleitorais do país. Durante a campanha para as eleições de 1962, a aliança IBAD-ADEP

⁶³ DREIFUSS, op cit., p. 33-38.

⁶⁴ Ibidem. p. 101.

⁶⁵ DREIFUSS, op cit., p. 102; BANDEIRA, op cit., p. 68.

foi responsável pelo financiamento de diversas candidaturas. Eloy Dutra, político do PTB e um dos mais notórios denunciadores das atividades do IBAD, afirmou que para fornecer auxílio aos seus tutelados, os dirigentes ibadianos geralmente exigiam a assinatura de um documento que batizaram de “compromisso ideológico”, em que, caso fosse eleito, o candidato se comprometia a seguir a orientação ideológica do IBAD⁶⁶. Mencionando um documento revelado pela CPI instaurada em 1963, Dutra afirma:

[...] através da ADEP, (o IBAD) caminhava para se tornar um superpartido, num esquema que começaria através do financiamento eleitoral, e terminaria com a atuação dos parlamentares eleitos no congresso, pois deveriam seguir a linha determinada pelo IBAD⁶⁷.

Por meio da atuação da Incrementadora de Vendas Promotion S.A., uma agência publicitária, o IBAD patrocinou diversos programas de rádio e TV, além de matérias pagas na imprensa escrita. O caso mais emblemático da atuação da Promotion foi o aluguel do jornal vespertino *A Noite*. Entre agosto e setembro de 1962, período em que esteve arrendado, o jornal adotou uma linha editorial de ataques sistemáticos ao governo de Jango. A Promotion promoveu uma intensa campanha ideológica contra as forças nacional-reformistas através da mídia.

Eloy Dutra destaca a articulação entre IBAD, ADEP e Promotion, em 1962. Segundo o deputado petebista: “Ivan Hasslocher congregou três organismos, todos sob seu comando: O IBAD, cúpula financeira e ideológica do esquema, a ADEP, seu órgão eleitoral, e, finalmente, a Incrementadoras de Vendas Promotion [...] agência de publicidade com fins políticos.”⁶⁸

O IBAD também publicava mensalmente sua própria revista, a *Ação Democrática*, que, no auge do seu funcionamento, possuía tiragens de mais de 200 mil exemplares e distribuição em diversas cidades brasileiras. O periódico ibadiano, que circulou de 1959 a 1963, tinha como sua principal bandeira a disseminação do proselitismo anticomunista na sociedade brasileira. Em suas páginas, eram denunciados os supostos planos de infiltração comunista nos sindicatos e movimentos estudantis e as ações orquestradas pela URSS ao redor do mundo para ampliar sua esfera de influência⁶⁹.

Lideranças de movimentos sociais, além de grupos paramilitares, também atuaram junto ao IBAD. No meio sindical, o IBAD controlava a REDETRAL e o Movimento Sindical Democrático (MSD). Entre os estudantes, estava ligado ao Movimento Estudantil Democrático

⁶⁶ DUTRA, Op. cit., p. 16.

⁶⁷ Ibidem, p. 18.

⁶⁸ Ibidem, p. 13.

⁶⁹ MOTTA, Op. cit. p.299.

(MED), grupo pelo qual financiava eleições para centros acadêmicos⁷⁰. Setores mais radicais como o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC), a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD) e grupo católico de extrema-direita Centro Dom Vital possuíam, do mesmo modo, articulações com lideranças do IBAD⁷¹.

A partir de 1962, o IBAD alinha suas atividades às do IPES. Ambos, associados à ESG, formaram uma rede empresarial-militar, que dispunha de um frequente intercâmbio de pessoal e escritórios, e tinha o claro objetivo de atuar contra o governo do presidente Goulart e as forças sociais que o sustentavam. Enquanto o IPES preservava-se da exposição pública de suas atividades de desestabilização do governo, IBAD atuava mais abertamente. Conforme René Dreifuss, “O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES⁷².”

A organização e a estrutura do IPES eram significativamente mais complexas. Fundado oficialmente 29 de novembro de 1961, pouco tempo após a posse Goulart como presidente do Brasil, o IPES começou a atuar diretamente em 1962. Formado inicialmente por empresários do eixo Rio-SP, em pouco tempo o IPES se expandiu por diversos estados do país. O empresário norte-americano residente no Brasil Gilbert Huber Jr., teria sido a figura responsável por reunir homens de negócios do Rio de Janeiro e de São Paulo e lançar o germe do instituto. Com o auxílio do empresário anticomunista Paulo Ayres Filho, diversos dirigentes de empresas foram recrutados para as reuniões do IPES, entre eles, João Batista Leopoldo Figueiredo, empresário multinacional que se tornaria o presidente do IPES⁷³.

O IPES mostrava-se ao grande público como uma instituição formada por intelectuais e homens de negócio, que se propunham a produzir estudos sobre as mudanças que o Brasil necessitava. Seria, de acordo com seu documento básico, uma “agremiação apartidária com objetivos educacionais e cívicos”, formada por patriotas e democratas, e não representantes de interesses de classe⁷⁴. No entanto, havia uma faceta oculta do IPES, não conhecida pela maioria dos cidadãos, mas que estava empenhada em coordenar uma sofisticada rede de mobilização política e ideológica, a fim de influenciar a opinião pública e os rumos da política brasileira⁷⁵.

⁷⁰ DUTRA, Op. cit., p.13.

⁷¹ DREIFUSS, Op. cit., pp.102-103.

⁷² Ibidem, p. 164.

⁷³ Ibidem, pp. 162-163.

⁷⁴ Ibidem, p. 164.

⁷⁵ Idem.

Para estimular uma reação no interior o empresariado brasileiro contra uma “tendência esquerdista da política” e sustentar a defesa de mudanças na economia que favorecessem uma maior abertura econômica na política do país, os dirigentes ipesianos e ibadianos intensificaram suas ações para o convencimento dos empresários acerca da legitimidade e urgência das suas propostas. Numa tentativa de angariar o apoio do empresariado, Ivan Hasslocher publicou *As classes produtoras diante do comunismo*, uma tentativa de “despertar” as elites para os ideais defendidos por suas organizações⁷⁶. O IPES também buscou desenvolver a consciência de classe dos empresários brasileiros, como na publicação que versava sobre “Responsabilidade democrática do Empresário”, produzida pelo líder ipesiano José Garrido Torres. Amplamente difundido nos meios empresariais, o texto destacava o descrédito das empresas privadas junto à sociedade e conclamava os empresários a assumirem responsabilidades públicas⁷⁷.

O IPES estava estruturado em diversos grupos de ação tática, cujo Comitê Nacional estava centrado no Rio de Janeiro e em São Paulo, de onde coordenavam as seções do IPES em outros estados. O instituto tinha no topo de sua organização um Conselho Orientador (CO), um Comitê Diretor (CD) e um Comitê Executivo (CE). Estes postos-chave eram ocupados geralmente por grandes proprietários e acionistas de empresas multinacionais e associadas no Brasil. A organização do IPES possuía uma cadeia de unidades operacionais, que funcionavam como grupos de estudo e ação política, cada uma delas com uma função específica bem definida.

O Grupo de Levantamento e Conjuntura (GLC), liderado pelo general Golbery do Couto e Silva e com participação efetiva de diversos oficiais militares, funcionava como uma espécie de setor de inteligência dentro do instituto, visto que era encarregado de acompanhar os principais acontecimentos políticos do país e fazer avaliações sobre os impactos e as possíveis tentativas de influenciar os processos políticos. O GLC produzia relatórios semanais em que analisava as atividades de grupos de esquerda, elaborava dossiês de indivíduos e grupos comunistas e fornecia avaliações da situação política a outras instâncias ipesianas⁷⁸.

Outro setor, o Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), chefiado pelo banqueiro Jorge Oscar de Mello Flores, era o canal de financiamento do IPES para seus aliados no parlamento brasileiro. Descrito como o “escritório de Brasília”, o GAP possuía ligações com a ADP e partidos políticos de direita. A intenção do grupo era angariar apoio político a projetos patrocinados pelo IPES e promover uma oposição parlamentar forte contra as tentativas

⁷⁶ Ibidem. p. 165.

⁷⁷ Ibidem. p. 168.

⁷⁸ Ibidem. pp. 186-191.

reformistas de Goulart, por meio de pressão, *lobbyng* e outras diversas manobras parlamentares⁷⁹.

Incumbidos de disseminar as ideias e os princípios do IPES junto ao grande público estavam o Grupo de Opinião Pública (GOP) e o Grupo de Publicações/Editorial (GPE). Por meio do GOP, o IPES tentava conquistar a opinião pública e conseguir mais aliados e patrocinadores para a sua causa. O grupo atuava dentro das edições de importantes veículos da imprensa brasileira. Instituições como o *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e o programa “Repórter Esso”, da *TV Tupi*, contavam com editores vinculados ao IPES. O GPE, por sua vez, produzia e distribuía material impresso anticomunista, como livros, jornais, revistas e panfletos. Organizou também uma cadeia de veículos de divulgação para ampla disseminação do que consideravam “valores democráticos”. O escritor Rubem Fonseca era um dos responsáveis pela propaganda ipesiana nos principais meios de comunicação do país e supervisionava o GPE⁸⁰.

Descrito por Dreifuss como a “estufa ideológica” do IPES, o Grupo de Estudo e Doutrina (GED), fornecia o aparato ideológico ipesiano. O grupo era responsável pela produção de estudos e pesquisas que serviriam para as diretrizes do IPES. Contava com o apoio e a cooperação de profissionais prestigiados, como Roberto Campos e outros economistas profissionais, assim como agências técnicas e associações comerciais e industriais⁸¹.

O aliciamento de empresários e a busca por contribuições financeiras para as atividades do IPES estava a cargo do Grupo de Integração, que recrutava patrocinadores por meio de reuniões, debates, conferências ou mesmo de encontros informais da elite empresarial. A arrecadação de recursos especiais por empresários financiadores do IPES e do IBAD foi acentuada no segundo trimestre de 1962, devido à proximidade das eleições daquele ano. As contribuições deveriam ser encobertas, visando a garantia do sigilo dos contribuintes. Para isso, o IPES recebia as doações por meio de associações de classe, protegendo os doadores do conhecimento público. Ademais, foram criados escritórios de consultoria “de fachada” para disfarçar as contribuições empresariais, além de falsas organizações filantrópicas, agências de relações públicas e publicidade, e seminários inventados para arrecadar fundos. A contribuição de empresários também poderia acontecer através de transporte, serviços e equipamentos⁸².

As atividades ideológicas do IPES e do IBAD para persuadir a opinião pública contavam com o apoio dos mais importantes meios de comunicação do país, como *O Globo*, *Folha de*

⁷⁹ Ibidem. pp. 190-192.

⁸⁰ Ibidem. pp. 192-196.

⁸¹ Ibidem. pp. 196-199.

⁸² Ibidem. pp. 199-205.

São Paulo, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal da Tarde*, *O Estado De São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Correio do Povo*, *Correio Paulistano*, *Diário de Pernambuco*, *Diário do Paraná*, *TV Record*, *TV Paulista* e *Diários Associados* (rede de jornais, rádio e TV de Assis Chateaubriand), entre outros, que possuíam em suas redações escritores e editores que estavam a serviço da elite empresarial organizada. Por meio de anúncios, seções, artigos e manifestos, além de programas de rádio e TV patrocinados, IPES e IBAD disseminavam suas ideias e propósitos com divulgação excepcional. Um folheto intitulado *Cartilha para o Progresso*, apresentando os benefícios da Aliança para o Progresso, foi produzido pelo IPES e distribuídos juntos aos jornais de domingo e à revista *Ação Democrática*.

Discutiremos em momento apropriado a efetividade da propaganda produzida pela dupla IPES/IBAD junto à opinião pública e se ela, de fato, produziu o resultado esperado em relação ao processo eleitoral de 1962. No entanto, é possível afirmar de antemão que setores importantes do empresariado brasileiro e boa parte da classe média foram submetidos à robusta propaganda anticomunista e antijanguista elaborada pelos grupos de ação política mencionados. Arlindo Corrêa, membro do Comitê Executivo do IPES, escreveu em texto que enfatizava a necessidade do apoio deste setor: “a conquista da classe média tem de ser feita através de uma atividade de propaganda que mescle argumentos racionais com argumentos emocionais. Dessa forma, a liderança dessa classe será alcançada.”⁸³ O argumento emocional elaborado para tal convencimento era o que mostrava que o Brasil estaria se transformando em uma república sindicalista.

Grupos paralelos formados por setores das classes médias receberam apoio logístico e financeiro do IPES. O exemplo mais notório da mobilização deste seguimento contra o governo de João Goulart se expressou por meio de movimentos femininos, encabeçados por donas de casa oriundas de setores médios da sociedade, geralmente esposas ou filhas de militares, funcionários públicos e comerciantes, e diretamente ligadas à religião cristã. Dentre as dezenas de grupos organizados por mulheres em todo o país, as três organizações mais importantes eram a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha para a Educação Cívica (CEC). Por meio de comícios, panfletos, palestras e cursos de doutrinação, tais organizações, fortemente anticomunistas, promoviam a propagação de ideias conservadoras entre trabalhadores e donas de casa, além de atividades específicas de agitação pública⁸⁴. As ações mais emblemáticas organizadas por esses grupos ocorreram em 1964 e ficaram conhecidas como Marchas da Família com Deus pela Liberdade, quando

⁸³ Ibidem. p. 292.

⁸⁴ Ibidem. pp.294-299.

milhões de pessoas foram às ruas protestar contra Jango. Porém, já em 1962, os grupos femininos se mobilizaram visando as eleições de outubro daquele ano. Dreifuss destaca que:

A CAMDE desenvolvia uma sólida campanha de “esclarecimento”. A organização eficazmente usada durante a campanha para as eleições de 1962 patrocinava conferências para os seus membros sobre o perigo da “subversão comunista”, realizava reuniões públicas em petições de protesto. Ela erguia faixas agressivamente anticomunistas e pôsteres bastantes sugestivos. Um deles mostrava uma criança conclamando os cidadãos a votarem “em um democrata para que amanhã eu possa ainda ser livre”. As ativistas da CAMDE apareciam também na televisão endossando um grande número de personalidades políticas, religiosas e sociais que o IPES promovia através do seu “bureau de oradores”.⁸⁵

Além das organizações mencionadas, o eleitorado católico foi mobilizado pela Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), uma associação civil fundada exclusivamente para apoiar as candidaturas conservadoras nas eleições de 1962⁸⁶.

Por fim, destacamos a forte presença militar dentro do IPES e do IBAD. O apoio dos militares seria condição *sine qua non* para o projeto de conquistar o poder político no Brasil. A forte influência exercida por entidades empresariais anticomunistas se espalhou rapidamente no seio da oficialidade militar, sobretudo entre oficiais da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949 com o objetivo de se tornar um centro de estudos para questões referentes à segurança nacional, bem como para discussões sobre assuntos de cunho político e econômico. A ESG possuía igualmente um viés marcadamente anticomunista e nacionalista, e vinculava-se a grupos e doutrinas militares estadunidenses e europeias. Na visão de João Roberto Martins Filho, “[...] na teoria geopolítica que surgiu junto com a ESG o destino do Brasil estava indissolúvelmente ligado ao destino do Ocidente e a soberania nacional seria defendida numa guerra sem tréguas à sua principal ameaça: o Império Universal da URSS.”⁸⁷

Diversos oficiais militares da ativa e da reserva, não só do Exército, mas também da Marinha e da Aeronáutica, atuaram diretamente dentro da estrutura do IPES e do IBAD. Muitos desses oficiais estavam vinculados à ESG ou a grupos militares como a Cruzada Democrática, e alguns até mesmo ocupavam posições-chave no governo João Goulart⁸⁸. Em sua análise,

⁸⁵ Ibidem. pp. 296-97.

⁸⁶ Ibidem. p. 325; KORNIS, Mônica. Aliança Eleitoral pela Família (ALEF). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-eleitoral-pela-familia-alef>. Acesso em: 23/12/2019.

⁸⁷ FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In FERREIRA; DELGADO (Orgs.) op. cit., p. 108.

⁸⁸ DREIFUSS. Op. cit., p. 365.

Dreifuss separa as correntes militares do período em três grupos: IPES/ESG, extremistas de direita e tradicionalistas.

O primeiro grupo, liderado pelos generais Golbery do Couto e Silva, Heitor Herrera e Liberato da Cunha Friedrich, estava integrado a um movimento de militares influentes, como, por exemplo, os generais Cordeiro de Farias e Ernesto Geisel, e era o grupo mais atuante entre os três. Diretamente envolvido na conspiração para derrubar Goulart, essa corrente coordenou uma rede de militares em todo o Brasil e formou uma espécie de “estado-maior informal”, chefiado pelo general Castello Branco⁸⁹.

Os extremistas de direita possuíam uma importância secundária, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas. Era um grupo formado majoritariamente por oficiais da Aeronáutica, liderados pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier e ligados à tendência mais agressiva do IPES-São Paulo, além de civis como Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*⁹⁰.

Por último, o grupo que Dreifuss descreve como “tradicionalistas”, não estava diretamente ligado à ESG e ao complexo IPES/IBAD, e não possuía uma proposta de mudança política tão elaborada, embora tenha participado da conspiração militar contra Jango em 1964. Justamente por não defenderem um projeto de transformação modernizante, como os demais grupos, são descritos como tradicionalistas. As figuras de mais importantes desse segmento eram os generais Amaury Krueel, comandante do II Exército, responsável por São Paulo, Justino Alves Bastos, que comandava IV Exército, sediado nas regiões Norte e Nordeste e Olympio Mourão Filho, desencadeador do golpe em 1964⁹¹.

O IBAD exercia uma maior influência dentro do IV Exército, onde, de acordo com Moniz Bandeira, teria montado um serviço secreto de inteligência, assim como fizera o IPES em outras regiões. O general João Gentil Barbato, chefe do Departamento de Ação Política da ADEP-Guanabara e Secretário Geral do IBAD para a Guanabara e o Espírito Santo teria sido o responsável por angariar o apoio militar ao IBAD, juntamente com o coronel Jurandi Palma Cabral, administrador do IBAD-Guanabara e chefe do setor sul da ADEP⁹². O general Justino Alves Bastos, responsável pelo IV Exército, tinha como seus assessores oficiais ligados ao IBAD. O Nordeste era considerado uma região estratégica devido a atuação das ligas camponesas na região. Neutralizar as ligas camponesas e uma possível resistência do

⁸⁹ Ibidem. pp. 369-370.

⁹⁰ Ibidem. pp. 370-371.

⁹¹ Ibidem. pp. 371-373.

⁹² BANDEIRA, Op. cit., p.71.

governador Miguel Arraes, eleito em 1962, eram os objetivos militares ligados à dupla IPES/IBAD no Nordeste⁹³.

Os militares brasileiros também possuíam articulações com militares estadunidenses. O coronel Vernon Walters, adido militar norte-americano designado para atuar junto à embaixada dos EUA no Brasil, agia como articulador entre grupos civis e militares do Brasil e dos EUA e coordenando operações de informação⁹⁴.

2.2. A ação ideológica das elites empresariais, nacionais e multinacionais, e do governo estadunidense para interferir no pleito de 1962

Em 7 de outubro de 1962, ocorreram eleições diretas no Brasil para os cargos de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e vice-governador⁹⁵ de diversos estados brasileiros. No Congresso Nacional, estavam em disputa 409 assentos para a Câmara dos deputados e dois terços das vagas no Senado Federal, enquanto apenas 11 estados elegeram governadores e 9 elegeram vice-governadores. Foram as únicas eleições realizadas durante a vigência do parlamentarismo instaurado em 1961.

O alistamento e o voto eram obrigatórios para a maioria da população, exceto para mulheres que não exercessem profissões lucrativas e para os idosos. Mas nem todos tinham o direito de votar. Os analfabetos, os militares (com exceção dos oficiais) e os mendigos estavam excluídos do direito ao voto⁹⁶. Entre as legendas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de atuante nos movimentos sociais, estava impedido de concorrer às eleições desde 1947.

Em 1950, o Congresso Nacional aprovou um novo Código Eleitoral que estabeleceu as regras para as eleições posteriores, aprovando sistemas eleitorais equivalentes para os pleitos nacionais, estaduais e municipais. Para os cargos legislativos funcionava a representação proporcional, enquanto para os cargos executivos vigorava o sistema de eleição majoritária⁹⁷.

⁹³ DREIFUSS. Op. cit., p. 372.

⁹⁴ SPOHR, Martina. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. *Militares e Política* (UFRJ), v. 9, p. 52-63, 2012.

⁹⁵ As eleições para a escolha de representantes do executivo estadual não eram simultâneas em todo território brasileiro. Isso acontecia porque a Carta de 1946 deu autonomia aos estados para definir o tempo de mandato dos governadores. Alguns optaram pelo mandato de 5 anos, elegendo seus representantes em 1950, 1955 e 1960. Outros estados optaram pelo mandato de 4 anos, fazendo com que a eleição para o governo estadual coincidissem com as eleições para as Assembleias Legislativas, em 1950, 1954, 1958 e 1962.

⁹⁶ NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar: 2012. p. 93.

⁹⁷ *Ibidem*. p. 91.

O pleito de 1962 trouxe como novidade a inserção da cédula oficial para a votação nas eleições para o Congresso. A cédula já havia sido usada nas eleições presidências de 1955 e 1960.

Resolvemos selecionar alguns exemplos da propaganda política levada à cabo pelo IPES e o IBAD visando as eleições de 1962. Nesse sentido, optamos por analisar principalmente as matérias publicadas na imprensa escrita, especialmente na revista *Ação Democrática* e no jornal *A Noite*, veículos de comunicação que expressamente seguiam a linha do complexo IPES/IBAD. Em que pese a escolha por essas fontes, não nos furtaremos de mencionar e descrever a extensa atuação desses grupos de ação política em diversas frentes, como a produção de filmes, livros e programas de rádio e TV.

Vale ressaltar que a ampla divulgação de proselitismo anticomunista e pró-mercado no Brasil não tem a sua origem em 1962, tampouco se encerrou após o pleito daquele ano. Mas a proximidade das eleições levou a elite organizada na dupla IPES/IBAD a intensificar as atividades de propaganda nos mais influentes veículos de mídia do país e produzir um vasto material de promoção de suas ideias. As operações de difusão do pensamento das elites empresariais estavam centradas em duas frentes: 1) doutrinação específica, voltada para angariar apoio da classe empresarial; 2) doutrinação geral, que tinha por objetivo conquistar a opinião pública⁹⁸. Nos debruçaremos apenas sobre este, em vista do tema desta pesquisa se referir à influência junto ao grande público.

Como já mencionamos, o IPES procurava não se expor publicamente nas principais ações de desestabilização do governo e a divulgação anticomunista, tarefa que ficava à cargo de IBAD, ADEP e Promotion. Contudo, essa tentativa de preservar sua imagem pública não impediu o instituto de se autopromover na mídia, onde se mostrava como um grupo de notáveis homens de negócio preocupados com a situação do país. Nos jornais de grande circulação, não era incomum a divulgação de matérias que anunciavam as atividades ipesianas. A própria criação do IPES foi amplamente divulgada em importantes jornais brasileiros.

Uma propaganda em formato de cartuns, intitulada “Diálogos Democráticos”, onde dois personagens conversavam sobre problemas específicos do Brasil e enfatizavam os valores da democracia liberal, era publicada com frequência em jornais populares, como *O Globo*, *O Dia*, *Luta Democrática*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*. Ao término da conversa entre os personagens, seguia uma explicação sobre o tema debatido e, por fim, uma mensagem do IPES. Na edição de 29 de abril de 1962 do *Jornal do Brasil*, o diálogo era entre duas personagens

⁹⁸ DREIFUSS. Op. cit., pp. 231-232.

femininas, que discutiam sobre o aperfeiçoamento da produtividade do trabalho. A mensagem do IPES ao final do diálogo exorta à ideia de meritocracia:

Premiar diferentemente o trabalho, pelo reconhecimento da dedicação, da destreza e da capacidade é forma de solidificar as bases sobre que assenta o bem-comum – sobretudo quando vem ao encontro dos anseios da democratização do capital. Aos mais capazes o maior prêmio!⁹⁹

No *Última Hora*, em 17 de abril de 1962, os “Diálogos democráticos”, por meio da representação de uma conversa entre dois homens, discutia a vantagem do pluripartidarismo, apresentando-o como um valor democrático em comparação com o sistema de partido único dos regimes socialistas. Na mensagem final do IPES, a valorização da democracia é defendida:

O Homem, os povos e os governos, se aperfeiçoam, se enriquecem e se fortificam no debate para vencer as oposições. Nunca haveria campeão se lhe faltasse adversário. Também é no choque de ideias e no choque de ideias e no plano das divergências políticas que se aprimora a democracia. Só é sadio o organismo político onde as várias correntes de opinião possam fazer ouvidos a sua voz e os seus protestos. A superioridade da democracia como forma de governo, repousa sobretudo no direito que ela dá a qualquer um de divergir dos que detenham o poder. Por isso, é sagrado o direito de dizer “não”! Só os fracos se recusam a medir forças. Só os fracos temem a oposição. A democracia é um governo de fortes.¹⁰⁰

Uma das ações mais audaciosas para influenciar as eleições de 1962 foi o aluguel do jornal *A Noite*, um vespertino carioca que funcionou de 1911 até 1964. A Promotion S.A. pagou cerca de cinco milhões de cruzeiros ao presidente do jornal para que este adotasse uma linha política contrária ao governo João Goulart. Entre os meses de agosto e outubro de 1962, o jornal dedicou boa parte de seu noticiário político à crítica ao governo federal. “A estratégia principal dos jornalistas, durante o período estudado, era associar o trabalhismo do PTB ao comunismo, com o intuito de provocar o medo na população.¹⁰¹”

Durante uma das reuniões da CPI instaurada em 1963 para investigar os crimes eleitorais do IBAD e do IPES, o deputado Eloy Dutra entregou uma carta à comissão que investigava o caso, que confirmava o compromisso do *A Noite* com a Promotion. Na carta, escrita pelo diretor-presidente do *A Noite*, Frederico Cavalcante Mello, há detalhes sobre o acordo firmado, mostrando que o jornal deveria seguir a linha política sugerida pela Promotion, isto é, o anticomunismo, críticas a Goulart e publicações que destacassem a ADP e a ADEP¹⁰².

⁹⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1962.

¹⁰⁰ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1962.

¹⁰¹ DALCANAL, Verônica. *O Jornal A Noite e as eleições de 1962*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013. p.9.

¹⁰² *Ibidem*, p.81.

O arrendamento do jornal *A Noite* foi denunciado à época em algumas matérias do *Última Hora*. Na edição do dia 3 de setembro de 1962, o jornal repercutiu algumas denúncias da atuação de organizações ligadas ao capital privado e contrárias ao governo de Jango no processo eleitoral. Entre os diversos textos daquela edição, a matéria “Brizola denuncia o terrorismo econômico” destacava as declarações de Leonel Brizola sobre o aluguel do *A Noite*:

Falando através de uma cadeia de emissoras de rádio e televisão, o governador Leonel Brizola denunciou, documentalmente, a influência do poder econômico no sentido de fraudar a livre manifestação da vontade do povo através das eleições. O governador gaúcho exibiu uma carta pela qual o diretor do vespertino *A Noite* se compromete com a Sociedade Anônima Incrementadora de Vendas Promotion a “seguir a linha a linha da defesa da democracia até o dia 15 de outubro” [...] ¹⁰³.

Na capa da edição do dia 21 de setembro de 1962, a manchete do *A Noite* destaca a declaração feita pelo deputado da UDN, Hamilton Nogueira: “Jango lança fundamentos da República Sindicalista”. Como mencionamos no primeiro capítulo, o ano de 1962 foi marcado por grandes greves. Devido à proximidade de Goulart e do PTB com os sindicatos, era comum que seus opositores sustentassem a ideia de que Goulart estaria disposto a entregar o comando do país aos sindicatos. Nas palavras do deputado udenista na capa do *A Noite*, Jango estaria “mancomunando-se com líderes do Comando Geral dos Trabalhadores, quando deveria advertir os sindicatos, mostrando aos seus dirigentes que eles só podem agir dentro da lei” ¹⁰⁴.

Às segundas-feiras, o jornal *A Noite* dedicava uma página inteira a divulgar alguns candidatos apoiados pelo IBAD. Sob o título de “Um político por semana”, a publicação descrevia as principais características dos candidatos, mostrando suas carreiras política e profissional, além de aspectos da vida pessoal e o apreço pela democracia que tais políticos sustentariam.

Nos dias que antecederam as eleições, o jornal publicou manchetes e editoriais bastante agressivos. Na edição de 2 de outubro, o editorial “Semana Decisiva” dizia:

Estamos vivendo, finalmente, a semana decisiva da vida democrática, vale dizer, o país todo deverá escolher, daqui a poucos dias, o sistema de vida que prefere. De um lado estão os inimigos do bom caminho. Aqueles que desejam somente a anarquia, porque não sabem viver em outro clima. A eles estão associados os adeptos do regime totalitário, que se aproveitam de todas as situações propícias, com o objetivo de impor, depois, os métodos de opressão e miséria moral. [...] De outro lado, estão os verdadeiramente democráticos, os que escolheram o melhor caminho. Apoiados na verdade, põem em prática a melhor doutrina, para vê-la vitoriosa dentro ou fora das

¹⁰³ Ibidem, p.75.

¹⁰⁴ *A Noite*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1962. Capa.

urnas. Desejam a felicidade do povo e não como rebanho sem vontade nem consciência [...] ¹⁰⁵.

Em 6 de outubro, dia anterior ao pleito, a manchete do *A Noite* destacava em letras garrafais: “Entregar-nos ao comunismo seria uma indignidade”. A frase refere-se a um pronunciamento do cardeal dom Jaime de Barros Câmara sobre os perigos da “cubanização” do Brasil. Na terceira página do jornal, uma matéria de título “Antes de votar, lembre-se da traição comunista de 1935”, alertava os eleitores para um suposto plano dos comunistas para a tomada do poder, que poderia efetuar-se pacificamente, ou seja, conquistando o poder por meio do voto. O texto se baseia em declarações do candidato do PDC a deputado estadual Gabriel Chaves de Melo, irmão do líder ibadiano Gladstone Chaves de Melo. A matéria termina com uma mensagem do candidato:

Às urnas, em votação maciça, conseguiremos infligir a maior derrota que os comunistas e aliados jamais poderiam esperar. E será tanto maior a vitória da democracia, quanto mais difundido for o slogan que tenho usado em minha campanha eleitoral: Não vote em branco. Votar em branco é votar em vermelho ¹⁰⁶.

Gabriel Chaves de Melo era também o diretor da principal publicação do IBAD, a revista *Ação Democrática*. Nas páginas da publicação ibadiana, predominava um anticomunismo esquizofrênico, que atribuía a pecha de “comunista” a quaisquer organizações ou sujeitos que divergissem de suas proposições. A título de exemplo, em várias de suas edições a *Ação Democrática* publicava uma lista de empresas que supostamente estariam contribuindo para o comunismo. Na verdade, as diversas empresas descritas, estavam apenas publicando anúncios comerciais no *Última Hora*, “principal órgão de imprensa do comunismo no Brasil”, segundo a revista.

Entidades como a UNE e a CGT eram constantemente estigmatizadas nas páginas da revista, assim como Jango e Brizola, que eram descritos como aliados de organizações comunistas internacionais. Ações do governo de Goulart, como a política externa independente e as propostas de reformas de base também sofriam diversas críticas. Por outro lado, o jornalista e então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, era celebrado pela revista como um exemplo de democrata que exercia uma administração pública eficiente.

Do mesmo modo que os outros instrumentos de propaganda do complexo IPES/IBAD, a *Ação Democrática* esteve mobilizada para a tarefa de tentar eleger candidatos alinhados às suas propostas e derrotar as forças nacional-reformistas nas eleições de 1962. Com a

¹⁰⁵ *A Noite*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1962. Capa.

¹⁰⁶ *A Noite*, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1962. p. 3.

proximidade do pleito, diversas matérias da revista destacavam a importância do comparecimento dos cidadãos às urnas em 7 de outubro, um dever de todos os democratas.

Em agosto de 1962, a *Ação Democrática* reproduziu uma matéria de *O Jornal*, em que destacava a importância de (re)eleger políticos que eram membros da Ação Democrática Parlamentar (ADP), para que essa frente parlamentar pudesse construir maioria no parlamento. De acordo com o texto, a ADP “é um bloco de patriotas que defende a nossa liberdade e procura o verdadeiro caminho para as reformas que o Brasil precisa, sem se deixar levar ou orientar pela demagogia comunista.¹⁰⁷”

Na edição de setembro de 1962, uma publicação conchama os leitores a usar o voto nas eleições de outubro de 1962 para vetar o avanço do comunismo:

A 7 de outubro há um encontro marcado para os democratas. A 7 de outubro ninguém tem o direito de ficar em casa. A 7 de outubro se dará a grande opção entre democracia e comunismo. Não deixe de votar. Leve seus parentes, leve seus amigos. Leve seus conhecidos. Pois a grande arma do comunismo é a omissão dos democratas¹⁰⁸.

Além das publicações na imprensa escrita, IPES e IBAD atuaram em outras frentes. O IPES patrocinou o lançamento de diversos livros. Em sua pesquisa sobre o projeto editorial do IPES, Martina Spohr identificou a publicação de 62 livros e 32 folhetos ligados ao instituto. Entre publicações próprias e traduções de obras estrangeiras lançadas em parceria com grandes editoras, cujos donos eram membros do IPES, nota-se uma variedade de títulos que tinham as questões políticas, especialmente comunismo, sindicalismo, liberdade e democracia, como temas centrais. A pesquisadora defende que os livros eram voltados para dois tipos de públicos específicos: jovens e parcelas adultas da classe dominante. As obras que tinham como público-alvo a juventude, possuíam um vocabulário mais simples e diversas ilustrações. Já o segundo grupo de publicações, visava a difusão ideológica e tinha uma linguagem mais rebuscada¹⁰⁹.

Em 1962, o IBAD patrocinou a tradução e a divulgação do livro *Assalto ao Parlamento*, de Jan Kossak. A obra aborda a chegada de comunistas ao poder na Tchecoslováquia, descrevendo como os postos-chave do parlamento daquele país foram conquistados por uma minoria de comunistas organizados, que prepararam o terreno para a posterior intervenção do exército russo¹¹⁰. Em outras palavras, o objetivo com a divulgação desse material era alertar a

¹⁰⁷ *Ação Democrática*, Ano 4, n. 39. p. 15.

¹⁰⁸ *Ação Democrática*, Ano 4, n. 40. p. 14.

¹⁰⁹ SPOHR, Martina. *Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. pp .63-72.

¹¹⁰ DUTRA. Op. cit., p.15.

sociedade brasileira para o perigo da eleição de candidatos e partidos de esquerda nas eleições de outubro daquele ano.

Nas páginas da revista *Ação Democrática*, além da constante publicidade do livro de Kossak, inúmeras matérias se inspiraram no conteúdo da obra para alardear a tática comunista para a tomada do poder. Na edição de agosto de 1962, uma publicação intitulada “A grande conspiração” dedicava-se a descrever as estratégias que já estavam em marcha no Brasil para a conquista do apoio popular. A “pressão de cúpula” seria a criação, por parte do governo e de aliados institucionais, de um clima de opinião pública favorável aprovação de seus projetos reformistas, enquanto a “pressão de base”, seria a mobilização de sindicatos e entidades estudantis para este feito¹¹¹.

As mais impressionantes ações de massificação ideológica desses institutos se deram por meio da produção cinematográfica. O IPES patrocinou a produção de 14 filmes curtas-metragens em formato 16mm, com imagens em preto e branco e que duravam aproximadamente de 8 a 10 minutos. Impregnados de conselhos, advertências e ameaças ao povo brasileiro, os filmes eram compostos por imagens, narrações e por trilhas sonoras dramáticas. Faziam críticas ao governo e aos problemas estruturais brasileiros, além de alertar a sociedade para os perigos da agitação social e do comunismo¹¹².

Na direção dos vídeos estava o repórter fotográfico Jean Manzon, um francês radicado no Brasil, considerado o pioneiro do cine-documentário brasileiro. A filmagem e montagem dos curtas estava a cargo de sua produtora, a Jean Manzon Filmes S.A. O responsável pela voz que se casava perfeitamente com as imagens e com o som de fundo dos filmes era Luiz Jatobá, um conhecido locutor de rádio e TV da época, com passagens por importantes meios de comunicação, como as rádios *Jornal do Brasil* e *Mayrink da Veiga*. Na produção do roteiro, estava ninguém menos do que o escritor Rubem Fonseca, um dos intelectuais ligados ao IPES.

Acordos feitos com empresas de distribuição e proprietários de cinemas, permitiram ao IPES a exibição de seus filmes nos cinemas de várias cidades brasileiras. Os curtas ipesianos eram mostrados antes da atração principal, valendo-se de uma lei que obrigava os cinemas brasileiros a exibir curtas nacionais. Além disso, com o apoio de grandes empresas como a Mesbla, a Mercedes e a CAIO, que lhe forneceram a infraestrutura necessária, o IPES promoveu o “cinema ambulante”, utilizando caminhões e ônibus com chassis especiais para a exibição dos filmes em lugares públicos, especialmente nos locais mais pobres e interiorizados, onde a

¹¹¹ *Ação Democrática*, Ano 4, n. 39. pp. 4-5.

¹¹² ASSIS, Denise. *Propaganda e Política a serviço do Golpe (1961/1964)*. Rio de Janeiro: Mauad FAPERJ, 2000. pp. 31-48.

maioria da população era analfabeta. Alguns empresários valeram-se também de seus comércios e fábricas localizadas nos grandes centros, e de entidades ligadas a industriais, como o SESI, para exibir os filmes aos seus trabalhadores¹¹³.

Dois filmes foram produzidos com a finalidade de influenciar as eleições de 1962: *Depende de mim* e *Que é a Democracia*, cujos temas principais são exatamente democracia e eleições. A produção *Depende de mim* foi analisada por Marcos Corrêa em sua dissertação de mestrado. De acordo com o autor, o filme apresenta imagens da resistência do povo húngaro à invasão soviética em 1956, associando, desse modo, o comunismo à opressão e à ausência de democracia. Para impactar o espectador, foram utilizadas imagens de arquivos que mostravam conflitos e destruições durante a revolta popular que se contrapôs à intervenção dos russos, contrastando com as imagens apresentadas no início do documentário, em que as democracias ocidentais são representadas por eleições livres. Era um alerta ao povo brasileiro para a escolha de “democratas” nas eleições de 7 de outubro de 1962¹¹⁴.

Frágil, face às atrocidades cometidas pelos regimes anti-democráticos que destroem os “anseios de liberdade e determinação” dos povos onde se estabelece, a democracia sempre necessita de cuidados especiais. Desse modo, o discurso estabelecido por *Depende de mim* procurou ampliar o conceito de fragilidade do regime democrático (sugerido pelas imagens da invasão russa) ao Brasil. Apesar das diferenças significativas entre Hungria e Brasil, a democracia brasileira estaria passando por dificuldades idênticas. Mesmo sem estabelecer nenhuma relação visual concreta entre os dois países, o documentário esforçou-se em emparelhar as ações brasileiras pela defesa da democracia (referência à própria atividade do IPÊS) às ações dos civis húngaros¹¹⁵.

A mídia audiovisual foi amplamente utilizada na tentativa de modelar a opinião pública, principalmente nos meses que antecederam as eleições de 1962. O IPES produziu quinze programas de TV em 3 canais distintos, ao custo de 10 milhões de cruzeiros. O objetivo era fazer com que a mensagem ipesiana chegasse aos quatro cantos do país. Personalidades de renome nacional foram selecionadas para entrevistas em programas de TV e rádio, nas quais respondiam questões selecionadas previamente pelo IPES sobre os problemas nacionais¹¹⁶. Semanas antes do pleito, a *TV Tupi* exibiu o programa *Encontros de Democratas com a Nação*, que, por trás da aparência de promover debates com homens públicos, funcionava como estratégia em benefício de políticos conservadores¹¹⁷. A *TV Cultura* era outro canal de televisão

¹¹³ DREIFUSS. Op. cit., pp. 250-251.

¹¹⁴ CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS 1962-1963*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP / Instituto de Artes, 1995. pp.124-132.

¹¹⁵ Ibidem. pp. 126-27

¹¹⁶ DREIFUSS. Op. cit., pp. 245-246.

¹¹⁷ CARDENUTO, Reinaldo. *O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês*. NAPOLITANO, Marcos et al. *História e documentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 124.

que apresentava programas vinculados ao complexo IPES/IBAD, como a série *Frente a Frente* e programas criados para debater especificamente algumas questões polêmicas, como *Que pensa você sobre a Reforma Agrária?* Na região sul, a *TV Paraná*, transmitia programas patrocinados pelo IBAD. Referindo-se aos programas de TV, Dreifuss enfatiza que:

Os programas recebiam ampla cobertura do rádio e da imprensa. As entrevistas seriam feitas com elementos dos mais diversos segmentos da sociedade, “todos com aceitação prévia dos fundamentais objetivos do programa e em total acordo com as ideias gerais mencionadas acima”. Em cada sessão escolher-se-iam jornalistas das várias regiões do país. Em cada sessão haveria um debate em linguagem acessível ao grande público e sem detalhes técnicos que pudessem obscurecer a mensagem política; o debate versaria sobre dois ou mais dos principais problemas já em discussão através da campanha orientada pelo Grupo de Opinião Pública¹¹⁸.

Nos dois meses que antecederam as eleições, a Promotion patrocinou, em nome da ADEP, os programas: *Esta é a Notícia*, *Assim é a democracia*, *Democracia em Marcha*, *Julgue Você Mesmo*, *Estado do Rio em Foco* e *Conheça seu Candidato*. As atrações eram transmitidas em treze canais de TV espalhados pelo Brasil e retransmitidos por cerca de 312 estações de rádio. Seguindo a linha dos programas patrocinados pelo IPES, as discussões giravam em torno de temas da atualidade. Em *Assim é a Democracia*, políticos que integravam a Ação Democrática Parlamentar (ADP) eram apresentados ao grande público¹¹⁹.

No entanto, na década de 1960, o rádio ainda era o meio de comunicação mais disseminado, devido ao alto custo dos aparelhos televisivos e a condição de analfabetismo de grande parte da população, que não conseguia obter informações meio dos jornais impressos. Na tentativa de influenciar a opinião pública no período eleitoral de 1962, o IBAD praticamente dominou o horário nobre do rádio brasileiro, visto que financiava mais de trezentos programas diários em todo Brasil, formando a sua própria “Cadeia de Democracia”. Utilizando uma linguagem popular, os programas buscavam transmitir os valores das elites empresariais ao grande público e promover diversas figuras públicas alinhadas aos seus interesses¹²⁰.

Torna-se evidente, portanto, que os integrantes do complexo IPES/IBAD não mediram esforços para disseminar as ideias defendidas pelos institutos junto à população e tentar convencer os eleitores dos perigos que estariam por vir em caso da eleição de candidatos de esquerda nas eleições de 1962. Foi um esforço ideológico intenso, com peculiaridades e excentricidades nunca antes vistas em campanhas eleitorais brasileiras, sobretudo no que se

¹¹⁸ DREIFUSS. Op. cit., pp. 246-47.

¹¹⁹ Ibidem. p. 248.

¹²⁰ Ibidem. p. 249.

refere à cruzada anticomunista produzida pelas propagandas e pelo financiamento de candidaturas do campo conservador.

2.3. O financiamento das candidaturas e a atuação da CPI que investigou o IBAD e o IPES

Como já mencionamos, o Congresso Nacional instaurou em 1963 uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os delitos eleitorais cometidos por IPES e IBAD durante a campanha eleitoral do ano anterior. A CPI teve sua origem ainda em 1962, criada pelo deputado Eloy Dutra, que já levantava suspeitas sobre a atuação do IBAD no fomento de propagandas e verbas destinadas à disseminação do anticomunismo, que, por tabela, atingia a todos os que defendiam temas como reforma agrária, política externa independente e soberania nacional. Devido à falta de interesse da maioria dos parlamentares e à proximidade do fim das legislaturas eleitas em 1958, as investigações fracassaram naquele momento. Em 15 de abril de 1963, uma nova CPI com os mesmos objetivos da anterior foi instaurada para apurar a origem de recursos empresariais ilícitos nas eleições no ano anterior, mas, além do IBAD, o IPES também passou a ser investigado¹²¹.

A CPI trabalhou até o dia 3 de dezembro de 1963, e produziu um vasto material comprobatório que demonstra a atuação de agentes do capital privado na tentativa de intervir no desfecho das eleições de 1962. Durante os trabalhos de investigação dos crimes eleitorais, inúmeros depoimentos de testemunhas e de investigados foram prestados e diversos documentos foram obtidos. Os principais dirigentes do IBAD e do IPES, como Ivan Hasslocher, Artur Oscar Junqueira, Frutuoso Osório Filho, João Batista Leopoldo Figueiredo, além de testemunhas importantes, como o então governador de Pernambuco Miguel Arraes, depuseram na CPI. O deputado Ulysses Guimarães foi responsável por presidir a comissão.

A atuação do IBAD na eleição de Pernambuco foi a de maior repercussão, devido ao escandaloso empenho de empresas nacionais e multinacionais, da imprensa, do Consulado dos EUA e da Igreja Católica para tentar eleger o empresário João Cleofas e destinar a Arraes a alcunha de comunista e ateu, ou até mesmo de “o anti-Cristo”, de acordo com um artigo publicado no jornal *Diário de Pernambuco* dias antes do pleito¹²².

O início dos trabalhos da CPI foi tumultuado pelos representantes do IBAD no Congresso Nacional. Em sua primeira composição, a comissão contou com uma maioria de

¹²¹ COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v.5. Recife. Secretaria da Casa Civil do Estado de Pernambuco. pp. 97-98.

¹²² DREIFUSS. Op. cit., pp. 331-332.

deputados ibadianos, que tentaram impedir as investigações de avançarem. A CPI chegou a ser suspensa na véspera do depoimento de Ivan Hasslocher¹²³. Em resposta, a Câmara renovou todos os representantes da CPI e finalmente conseguiu apurar os fatos com mais agilidade¹²⁴.

Nos documentos anexados ao parecer do relator, deputado Pedro Aleixo (UDN), constam diversas atas de reuniões dos dirigentes ibadianos, os estatutos e as reformas estatutárias da instituição, a destinação de recursos, cartas de Ivan Hasslocher a aliados, entre outros documentos que atestavam a participação do IBAD e da ADEP em ilegalidades. O relator indicou a possibilidade de enquadrar o IBAD e a ADEP sob o crime de contravenção¹²⁵.

As atividades eleitorais do IBAD se iniciaram em março de 1962, logo após a criação da ADEP. Durante campanha eleitoral, cerca de 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, oito ao cargo de governadores de estados e diversos concorrentes ao Senado (o autor de referência não menciona a quantidade), receberam auxílio financeiro por meio da ADEP¹²⁶. O critério para a escolha dos candidatos aptos a receber os recursos financeiros era a “orientação ideológica”. Isto é, o aspirante ao cargo político nas eleições precisava ser anticomunista, defensor da democracia (ao modo IPES/IBAD) e ter chances de se eleger. Candidatos que tivessem posicionamentos políticos favoráveis às reformas de base, sobretudo à reforma agrária, e restrições à presença do capital estrangeiro estavam inaptos ao recebimento de verbas¹²⁷.

Além disso, os candidatos deveriam assinar um documento que ficou conhecido como “compromisso ideológico”. Nos termos desse acordo, os tutelados se comprometiam a seguir a orientação política do IBAD, caso fossem eleitos. Existiam duas tabelas nas quais os candidatos aprovados para receber o auxílio deveriam se enquadrar:

Tabela 1: centenas de cartazes e faixas, um milhão de cédulas, veículo (ou veículos) com aparelho sonoro e dinheiro (1 Cr\$ milhão e 600 mil para candidatos a deputado federal e Cr\$ 800 mil para deputado estadual). A tabela 2 fornecia apenas dinheiro em quantias estipuladas diretamente por Hasslocher¹²⁸.

Segundo Eloy Dutra, o IBAD teria gasto Cr\$ 5 bilhões com as atividades eleitorais em 1962, incluindo os gastos da ADEP e da Promotion:

¹²³ DUTRA. Op. cit., p.44.

¹²⁴ Ibidem. p. 44.

¹²⁵ Ibidem, p. 101.

¹²⁶ Ibidem. p. 14.

¹²⁷ Ibidem. p.15.

¹²⁸ Ibidem. p.16

[...] a ADEP derramou nada menos do que Cr\$ 1 bilhão e 40 milhões nos 150 dias que precederam as eleições. A Promotion movimentou recursos na ordem de Cr\$ 1 bilhão e 400 milhões na campanha eleitoral de 62 – e isso somente num dos três bancos estrangeiros que são a fonte conhecida dos dinheiros do IBAD: o *The Royal Bank of Canada*. Que dizer então das contas da Promotion no *Bank of Boston* e no *The National City Bank of New York*. E as contas do IBAD e de seus dirigentes, Hasslocher e Frutuoso Osório Filho¹²⁹.

A CPI desvendou que boa parte dos recursos eram oriundos de fontes estrangeiras, transferidas aos grupos brasileiros por meio dos três bancos mencionados por Eloy Dutra. Empresas multinacionais utilizaram os bancos para transferir o dinheiro para as contas do IBAD, da ADEP e da Promotion. Quando solicitados pela CPI para que enviassem os extratos das contas da Promotion, do IBAD e de seus dirigentes, os bancos estrangeiros se negaram, e enviaram apenas o demonstrativo de movimentação financeira, impedindo a investigação de descobrir quem eram os depositantes e a origem desses recursos¹³⁰.

Outras fontes de financiamentos aos candidatos conservadores em 1962 foram obtidas por intermédio da atuação do governo norte-americano, que estava igualmente interessado em fomentar o crescimento da direita no Brasil e em desestabilizar o governo de Jango. Em seus relatos sobre as atividades da CIA na América Latina, Philip Agee, ex-agente da inteligência estadunidense, descreve a participação do governo dos EUA na campanha eleitoral brasileira de 1962 como “uma das maiores operações de ação política da Divisão WH.”. Continua Agee:

Durante a maior parte do ano, os agentes do Rio de Janeiro e as diversas bases, sediadas nos consulados por todo país têm estado empenhados em uma campanha de muitos milhões de dólares para financiamento da eleição de candidatos anticomunistas para postos federais, estaduais e municipais. Esperamos que esses candidatos se convertam em um reforço contra a tendência esquerdista do governo de Goulart – a cada momento mais infiltrado por comunistas e elementos de extrema-esquerda em geral¹³¹.

O próprio embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, em entrevista à revista *Veja*, em 1977, confessou que a participação do governo de seu país no financiamento de candidatos nas eleições de 1962. Quando questionado pelo jornalista que o entrevistava sobre os milhões de dólares despendidos em eventos anteriores ao golpe de 1964, Gordon admitiu a existência de uma “caixinha” para subvencionar as candidaturas políticas que estavam alinhadas aos interesses norte-americano:

Se formos discutir as eleições de 1962, não vou querer negar a presença de dinheiro de origem americana [...] Naquelas eleições muita gente estava atrás de dinheiro.

¹²⁹ Ibidem. p. 17

¹³⁰ Ibidem. pp. 26-27

¹³¹ AGEE, Philip. *Por dentro da “Companhia”*. Diário da CIA. São Paulo: Círculo do livro, 1976. p. 257.

Ficavam pedindo a todos que conseguissem abordar. Certamente estavam atrás de empresários americanos, de todos os funcionários americanos de quem conseguissem chegar perto. Portanto, a ideia de ter essa caixinha para despesas políticas apareceu e se desenvolveu, como ficou claro em outros casos, como no Chile. A CIA estava acostumada a ter fundos políticos¹³².

Quando questionado sobre os valores exatos que foram gastos nas eleições de 1962, o ex-embaixador disse:

Faz muito tempo, não tenho a ajuda de documentos para me lembrar. Sei que os pedidos eram muito maiores do que se atendia. Certamente foi muito mais de 1 milhão de dólares, e eu não ficaria surpreso se tivesse chegado a 5 milhões de dólares. Mas não era uma importância enorme, não eram dezenas de milhões de dólares. Havia um teto por candidato¹³³.

No ano de 2002, em sua última viagem ao Brasil, Lincoln Gordon concedeu uma entrevista ao jornalista Geneton Moraes Neto, voltando a afirmar a participação norte-americana campanha eleitoral de 1962. Ao ser perguntado se a CIA teria ou não concedido dinheiro a candidatos simpáticos aos Estados Unidos, Gordon declarou:

Demos. Definitivamente. Com o passar do tempo, considerei que esse foi um erro de nossa parte. Nós estávamos, na época, influenciados pelo que tinha acontecido na Itália logo depois da Guerra: historiadores acham que o apoio aos anticomunistas italianos – inclusive com dinheiro e propaganda – foi o que tornou possível a vitória eleitoral dos comunistas¹³⁴.

Sobre os valores gastos, ele voltou a reiterar que foram 5 milhões de dólares, mas não deu detalhes sobre quais candidatos teriam sido contemplados:

A minha estimativa é de que foram cinco milhões de dólares. [...] Houve um grupo de candidatos, à direita do centro, simpatizantes dos Estados Unidos. [...] Não me lembro (dos nomes). Nunca vi a lista. Eu não estava envolvido no processo. Era uma ação da CIA¹³⁵.

Além do financiamento aos candidatos nas eleições, o governo dos EUA promovia diversos investimentos nos estados em que os governadores eram considerados aliados dos interesses norte-americanos no Brasil. Eram as chamadas “ilhas de sanidade”. Entre julho e dezembro de 1962, cerca de US\$ 15, 6 milhões teriam sido gastos pela United States Agency for International Development (USAID) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

¹³² VEJA, São Paulo, 9 de março 1977. p. 6.

¹³³ Ibidem. p. 6.

¹³⁴ O DIA em que Lincoln Gordon falou sobre dois temas explosivos. G1 (site), Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/geneton/2009/12/21/o-dia-em-lincoln-gordon-falou-sobre-dois-temas-explosivos-primeiro-os-estados-unidos-queriam-que-o-brasil-participasse-da-guerra-do-vietnam-segundo-a-cia-financiou-a-campanha-de-candidatos-simpatizantes/>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

¹³⁵ Ibidem.

(BID) nos estados administrados por “democratas” opositores de Jango, como Guanabara, Pernambuco e Rio Grande do Norte¹³⁶. Nesses estados, projetos de combate ao analfabetismo e à fome, saneamento básico e construção de moradias, eram promovidos pela Aliança para o Progresso. Há suspeitas de que parte das verbas destinadas a projetos da Aliança para o Progresso foi desviada para as campanhas eleitorais, sobretudo no Nordeste¹³⁷. Esta região estava entre os focos principais de investimentos de recursos, devido à atuação das ligas camponesas. Os investimentos eram feitos em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O Código Eleitoral de 1950, conjunto de leis responsáveis pela organização do sistema político-eleitoral brasileiro, em seus artigos 144 e 145, expressava claramente a proibição do financiamento de candidaturas por contribuições de procedência estrangeira, assim como a ilicitude de auxílios cuja origem não fosse declarada¹³⁸. A CPI conseguiu comprovar o recebimento de tais recursos pelo IBAD, o que permitiu a João Goulart suspender as atividades do IBAD e da ADEP por meio de um decreto presidencial em 31 de agosto de 1963. Todavia, a CPI não obteve êxito ao tentar provar a participação do IPES nas mesmas atividades subversivas imputadas ao IBAD. Com isso, os dirigentes ipesianos continuaram com sua cruzada para desestabilizar o governo de Jango até 1964, ano em que a conspiração entre setores militares e empresariais findou a breve experiência democrática do período.

¹³⁶ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. 2012. 644f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. pp. 395-398.

¹³⁷ Verbas que seriam destinadas ao Fundo para o Trigo, investimento da Aliança para o Progresso no Brasil foram utilizadas para o financiamento de campanhas. Ver BANDEIRA, Op. cit., pp. 69-70.

¹³⁸ Lei Nº 1.164, de 24 de julho de 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1164.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

CAPÍTULO III: A POLARIZAÇÃO POLÍTICA REFLETIDA NAS ELEIÇÕES DE 1962

3.1. Os resultados eleitorais de 1962 e a questão da eficiência da propaganda produzida pelo complexo IPES/IBAD

As principais disputas travadas no pleito de 1962 refletem exatamente o clima político do início dos anos de 1960, isto é, o antagonismo acentuado entre forças políticas de esquerda e de direita que extrapolava os limites da convivência democrática. Evidenciava exatamente a tensão política que permeava a Guerra Fria, que, entre outros aspectos, se caracterizava por interferências estrangeiras na política interna dos países subdesenvolvidos, anticomunismo e lutas por emancipação anti-imperialistas. Hélio Jaguaribe argumenta que havia uma crescente ideologização da vida política brasileira, influenciada diretamente pelo nível de desenvolvimento econômico de cada região do país¹³⁹. No entanto, mais do que constatar que a competição eleitoral de 1962 possui características intrínsecas ao período em questão, faz-se necessário compreender o significado histórico dessas eleições.

Não é a proposta desta monografia fazer uma análise detalhada que compreenda todos os tópicos das eleições que se realizaram ao longo da Quarta República. Diversos estudiosos já se debruçaram sobre os principais aspectos político-eleitorais do período 1945-1964 e produziram extensas análises que interpretaram o sentido das principais eleições daquela época. Os estudos mais relevantes até o momento foram produzidos no campo da Ciência Política, onde as particularidades eleitorais do Brasil recém democratizado ganharam destaque. A maioria das pesquisas deu maior importância a análises das eleições para o Congresso Nacional, sobretudo para a Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, este capítulo, motivado pelo acesso às fontes disponíveis e aos estudos produzidos até o momento, se dedicará mais às disputas congressuais, entendendo também que estas, juntamente com os pleitos para os executivos estaduais, foram de suma importância para a pretensão do IPES e do IBAD de desestabilizar o governo de João Goulart e impedir a aprovação das reformas de base. Examinaremos os resultados, priorizando a percepção sobre quais tendências políticas conseguiram vencer as principais disputas. Além disso, analisaremos esses dados considerando a questão da propaganda política mobilizada para aquela ocasião e sua receptividade junto à população.

¹³⁹ JAGUARIBE, Op. cit., pp. 34-36.

Não sabemos ao certo os nomes de todos os candidatos que foram subsidiados pelo complexo IPES/IBAD nas eleições de 1962, já que a lista com todos os nomes nunca foi publicada. Contudo, a imprensa da época e alguns pesquisadores divulgaram listas citando os políticos que teriam recebido o auxílio. Em 1963, o jornal *Correio da Manhã*, baseado nos documentos e depoimentos da CPI que investigou os crimes eleitorais de 1962, divulgou uma lista com diversos nomes¹⁴⁰. No mesmo ano, em texto que analisa a influência de grupos de pressão na política brasileira, com destaque para o IPES e o IBAD, Plínio de Abreu Ramos também relacionou vários parlamentares que teriam sido eleitos com o auxílio do capital estrangeiro. Dos políticos mencionados, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 4 ao PDC, 3 ao PR, 1 ao PL, 1 ao PRT e 1 ao MTR¹⁴¹.

O critério para o recebimento dos recursos era afinidades ideológicas dos próprios candidatos com a doutrina do complexo IPES/IBAD, e não sua filiação partidária. Por isso, candidatos com posicionamentos mais à direita dentro do próprio PTB, por exemplo, foram beneficiados com a disseminação da propaganda política e com os milhões desembolsados por tais grupos.

Entre as diversas teses sobre as questões eleitorais e partidárias do período, nos aproximamos das que apontam para um declínio dos partidos conservadores e um crescimento dos partidos populistas e de esquerda, como nos trabalhos de Gláucio Soares e Maria do Carmo Campello de Souza, que trabalham com a categoria de “realinhamento”¹⁴². De acordo com estes autores, havia em curso um processo de redefinição das forças políticas dominantes, segundo o qual os partidos reformistas, representados pelo PTB e alguns partidos pequenos, estariam caminhando para alcançar a preferência política dos eleitores.

Ao analisar o desempenho dos partidos políticos de 1945 a 1962, Soares afirma que o PTB foi o partido que obteve maior crescimento durante o período. Entre os fatores que contribuíram para este crescimento, segundo o autor, estão: 1) a reestruturação do partido, que em 1945 possuía uma estrutura partidária precária e nos anos seguintes conseguiu atingir uma maior organização; 2) as transformações pelas quais o Brasil passava, como a urbanização e a industrialização, que teriam contribuído para o crescimento da base eleitoral dos partidos de esquerda; 3) a ilegalidade do PCB, a partir de 1947, que proporcionou uma transferência de

¹⁴⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1963. Capa.

¹⁴¹ RAMOS, Plínio de Abreu. *Como Agem os grupos de pressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. pp. 78-79.

¹⁴² SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

contingente eleitoral para o PTB nas eleições seguintes; 4) a extensão real do sufrágio às classes que o partido pretendia representar; e 5) o prestígio de Vargas, que se filia ao PTB, junto à população¹⁴³.

A tese de Soares foi contestada por Antônio Lavareda, em obra lançada no início dos anos 1990. Lavareda discorda parcialmente quanto ao declínio dos partidos conservadores. Embora ateste que havia um nítido declínio do PSD em diversas disputas, o autor entende que esse declínio era irregular nas diversas categorias eleitorais, já que o partido apresentava uma estabilidade nas disputas senatoriais e nos municípios, além de liderar o número de senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores. Em relação à UDN, Lavareda discorda haver um declínio, apresentando dados que mostram uma estabilidade do partido. E ainda que não negue o indiscutível crescimento do PTB, relativiza-o, afirmando que os trabalhistas chegaram a declinar na região Sul¹⁴⁴.

Em que pese algumas críticas e aperfeiçoamentos ao longo das duas últimas décadas, como acontece naturalmente com praticamente todas as obras clássicas, ao nosso ver, a tese do realinhamento continua pertinente se levarmos em consideração os dados oficiais e as análises posteriores. No que se refere às eleições de 1962, embora os partidos de direita continuassem a ter maioria dentro do Congresso Nacional e a governar a maioria dos estados, não conseguiram obter um grande crescimento. Se em 1945 os dois grandes partidos conservadores (PSD e UDN), conforme Soares, conseguiram uma maioria absoluta na Câmara dos Deputados, ocupando 81,5% das cadeiras, em 1962, nas últimas eleições congressuais do período democrático, houve uma queda acentuada na representação de tais legendas, que juntas passaram a representar 51% do total de deputados federais. Todavia, esse declínio não se produziu apenas em 1962, mas é resultado de todos os pleitos realizados desde 1945. Ao contrário desses partidos, o PTB alcançou um crescimento notório em todas as eleições realizadas até 1962 para a Câmara, passando de 8% da representação em 1945 para 28% em 1962. Os petebistas surgem como um partido pequeno, em 1945, sem a mesma estrutura do PSD e da UDN, e alcançam o posto de segunda força eleitoral na década de 1960.

Como podemos observar na Tabela 1, de acordo com os dados oficiais disponibilizados pelo TSE, na disputa para a Câmara dos Deputados, em 1962, o PSD elegeu 118 deputados federais, enquanto a UDN elegeu 91. O PTB, por seu turno, conseguiu alcançar a segunda maior bancada da Câmara, com 116 deputados. Se compararmos com as eleições anteriores, de 1958,

¹⁴³ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. pp. 79-84.

¹⁴⁴ LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas – O processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

os resultados mostram que o PTB foi o partido que mais cresceu proporcionalmente em números de deputados. Há que se considerar, no entanto, que nas eleições de 1962 o número de assentos na Câmara sofreu um aumento de 25,5%, passando de 326 para 409¹⁴⁵. Os partidos menores somados conseguiram 86 vagas, com destaque para o PSP e o PDC, que elegeram, respectivamente, 21 e 20 deputados.

Tabela 1

ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS				
	1958		1962	
Partidos	Eleitos	Distribuição de cadeiras	Eleitos	Distribuição de cadeiras
PSD	115	35,3%	118	28,8%
PTB	66	20,2%	116	28,4%
UDN	70	21,5%	91	22,2%

Fontes: TSE, *Dados Estatísticos*, vol. VI, 1964; SANTOS, W.G. *Velhas Teses, Novos Dados: uma análise Metodológica*.

Nas eleições para o Senado, o quadro não ficou muito diferente. O PSD obteve a maior vitória, alcançando 16 cadeiras, seguido pelo PTB, que ficou com 12 vagas, e pela UDN, que conseguiu eleger apenas 8 senadores. Vale destacar que, assim como acontece atualmente, o Senado se renovava em duas eleições subsequentes. Desse modo, a eleição de 1962 renovou apenas uma parte do Senado, mais precisamente 2/3, já que o outro terço dos senadores fora eleito em 1958.

Comparando com as eleições de 1958, percebemos que o desempenho dos três principais partidos não se alterou na eleição para o Senado, com o PSD sempre à frente, seguido pelo PTB.

¹⁴⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina. Raízes do Golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org). *21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 61.

Tabela 2

ELEIÇÕES PARA O SENADO		
Partidos	1958	1962
PSD	22	16
PTB	18	12
UDN	16	8

Fonte: TSE, *Dados Estatísticos*, vol. VI, 1964.

Nas disputas para os executivos estaduais, o resultado demonstra um equilíbrio. Ainda que os partidos de direita tenham conseguido vencer na maioria dos estados, sofreram derrotas importantes em estados-chave, como nas disputas para governador em Pernambuco e para vice-governador na Guanabara, estados onde a atuação do complexo IPES/IBAD se desenvolveu de forma intensa. Por outro lado, no Rio Grande do Sul, o candidato apoiado pelos IPES, Ildo Meneghetti, venceu o pleito, impedindo que Brizola elege-se seu sucessor.

Alguns governadores e quase todos os vice-governadores foram eleitos por meio de coligações, algumas delas envolvendo PTB e UDN, que se mostravam irreconciliáveis no plano nacional. Na Bahia, por exemplo, Antônio Lomanto Junior foi eleito por uma aliança entre UDN, PTB e PR. Petebistas e udenistas também estiveram juntos em diversas disputas para cargos legislativos e executivos. As alianças de legendas estiveram presentes nas principais disputas em 1962, o que levou Pompeu de Souza a sustentar que havia um arrefecimento da representação político-partidária e uma inautenticidade dos partidos¹⁴⁶. A tradicional aliança entre PTB e PSD, que nas eleições para governadores em 1960 se manifestou em 8 estados, não esteve presente em 1962.

¹⁴⁶ SOUZA, Pompeu. Op. cit., p.9.

Tabela 3

ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR EM 1962		
Estados	Candidatos eleitos	Partidos e coligações
Acre	José Augusto de Araújo	PTB
Amazonas	Plínio Ramos Coelho	PTB-PST-PL-PDC
Bahia	Antônio Lomanto Júnior	UDN-PTB-PR
Ceará	Virgílio Fernandes Távora	UDN-PSD-PTN
Espírito Santo	Dr. Francisco Lacerda de Aguiar	PDC-UDN-PTB-PSP-PRP-PST
Pernambuco	Miguel Arraes	PST
Piauí	Petrônio Portela Nunes	PSD-UDN-PDC
Rio de Janeiro	Badger Silveira	PTB
Rio Grande do Sul	Ildo Meneghetti	PSD
São Paulo	Ademar de Barros	PSP-PSD
Sergipe	João de Seixas Dória	PSD-PRT

Fonte: TSE, *Dados Estatísticos*, vol. VI, 1964.

De fato, as coligações são um componente fundamental para a compreensão das eleições de 1962. No entanto, os dados oficiais não nos fornecem muitas informações sobre tais alianças. Se analisarmos apenas os partidos dos governadores que se elegeram, percebemos que o PSD e PTB conseguiram eleger 3 governadores cada, enquanto a UDN venceu em 2 estados. Mas, se levarmos em conta as coligações, notamos que os mesmos partidos integraram as chapas vitoriosas em outros estados. Em três estados, partidos pequenos conseguiram vencer: no Espírito Santo, uma ampla aliança elegeu Francisco Aguiar (PDC). Em São Paulo, Ademar de Barros (PSP) mostrou sua força e se elegeu derrotando o ex-presidente Jânio Quadros. Por fim, em Pernambuco, como já mencionamos, o candidato de esquerda Miguel Arraes (PST) conseguiu derrotar as forças conservadoras e toda a estrutura montada pelo complexo IPES/IBAD.

Nas eleições para vice-governadores, os partidos de direita ganharam a maioria das disputas. O caso mais emblemático de atuação do IPES e do IBAD na disputa para vice-governador se passou na Guanabara, onde Eloy Dutra (PTB) conseguiu assegurar o cargo, derrotando o candidato apoiado pelos conservadores.

Tabela 4

ELEIÇÕES PARA VICE-GOVERNADOR EM 1962		
Estados	Candidatos eleitos	Partidos e coligações
Bahia	Orlando Moscoso Barreto de Araújo	PDC-PTN-PSD-PSP-PST
Ceará	Joaquim de Figueiredo Corrêa	UDN- PSD-PTN
Espírito Santo	Rubens Rangel	UDN-PTB- PSP- PRP
Guanabara	Eloy Dutra	PTB-PSB
Pernambuco	Paulo Pessoa Guerra	PR-PSB-PSD
Piauí	João Clímaco de Almeida	PSD-UDN-PDC
Rio de Janeiro	João Batista da Costa	PSB-PL-PRT-PTN-PSD- PST-PRP
São Paulo	Laudo Natel	PR
Sergipe	Sebastião Celso Carvalho	PSD-PRT

Fonte: TSE, *Dados Estatísticos*, vol. VI, 1964.

Comparar eleições e averiguar as principais inclinações políticas de um determinado período histórico é um exercício essencial para a compreensão de sua conjuntura política, especialmente em relação ao quadro partidário-eleitoral. Porém, para o objetivo desta monografia, é insuficiente, já que o pleito de 1962 possui especificidades que o distingue de disputas anteriores, em particular, a ampla campanha promovida pela dupla IPES/IBAD para eleger seus escolhidos. Por isso, é necessário que os dados e estatísticas das eleições de 1962 sejam analisados levando-se em consideração as particularidades apresentadas naquele pleito, já que que pretendemos constatar a efetividade da propaganda política e do financiamento de candidaturas que se deram naquela ocasião.

E quando nos debruçamos especificamente sobre os números gerais do sufrágio de 1962, percebemos que, a despeito do poder político e econômico que as elites atuantes no complexo IPES/IBAD demonstraram durante a campanha eleitoral, a hegemonia política desejada, não foi alcançada em sua plenitude. Não pretendemos defender que a esquerda foi a grande vitoriosa das eleições de 1962, mas as fontes e os estudos analisados mostram que ela continuou a crescer e obteve conquistas importantes.

Concordamos com René Dreifuss quando ele afirma que o complexo IPES/IBAD alcançou apenas um sucesso parcial em 1962¹⁴⁷. Em outras palavras, entendemos ser possível afirmar que, apesar de conseguirem eleger diversos candidatos, toda a estrutura, a propaganda e o dinheiro despendidos naquela disputa, não foram suficientes para frear o avanço das forças nacional-reformistas. E se isso não configura um fracasso, ao menos resulta em uma frustração nos planos de promover derrotas políticas ao governo de João Goulart e aos seus projetos reformistas. Além disso, em janeiro de 1963, apenas 3 meses após as eleições gerais de 1962, Jango conseguiu uma vitória arrasadora no plebiscito que garantiu a volta do regime presidencialista.

Em 1962, nos estados onde a polarização entre esquerda e direita esteve mais acirrada, notadamente Pernambuco e Guanabara, partidos de esquerda/centro-esquerda venceram as principais disputas. No primeiro caso, Miguel Arraes (PST) enfrentou uma complexa e grandiosa campanha política em favor de seu opositor, João Cleofas (UDN), e venceu. Na Guanabara, onde não houve eleição para governador, já que Carlos Lacerda se elegera em 1960, a disputa principal foi para vice-governador, entre o grande opositor e denunciador das atividades ilícitas do IBAD, Eloy Dutra, que concorreu pela Aliança Social Trabalhista, uma coligação entre PTB e PSB, vencendo o candidato do PSD, Lopo Coelho, apoiado pela UDN e pela dupla IPES/IBAD. Foi também na Guanabara que Leonel Brizola conseguiu uma imponente votação, sendo eleito o deputado federal mais votado do país com 269.384 mil votos. Além de Dutra e Brizola, os trabalhistas elegeram o senador mais votado no estado da Guanabara, Aurélio Vianna. Como constata Benevides:

[...] o efeito não seria tão eficiente quanto o esperado: o PTB duplicou sua bancada no Congresso (só na Guanabara a Aliança Trabalhista-Socialista consegue quase o dobro dos votos da UDN, apesar dos êxitos administrativos do governo Lacerda), a Frente Parlamentar Nacionalista saiu fortalecida e o debate sobre as reformas de base passou a polarizar a atuação do Congresso, associado à campanha pela volta do presidencialismo¹⁴⁸.

A grande questão que se coloca é compreender como uma intensa produção cultural anticomunista e antigoverno, voltada para influenciar diretamente os eleitores, não conseguiu o êxito de fazer com que os seus principais alvos perdessem a credibilidade. E não nos referimos apenas às eleições de 1962. Pesquisas de opinião feitas posteriormente mostram que a

¹⁴⁷ DREIFUSS. Op. cit., pp. 337-338.

¹⁴⁸ BENEVIDES. Op. cit., p. 89.

popularidade de Jango, do PTB e das reformas de base continuava elevada. Antonio Lavareda demonstra, por meio de uma pesquisa do IBOPE de 1964, que as propostas reformistas continuaram muito populares até poucos dias antes do golpe. De acordo com a pesquisa, quando questionados sobre a necessidade de uma reforma agrária, 72% dos entrevistados afirmaram que “sim”, o Brasil precisava de uma reforma desse tipo¹⁴⁹. Na mesma pesquisa, quando indagados sobre quais os partidos com os quais mais se identificavam, 29% dos entrevistados escolheram o PTB, enquanto apenas 7% escolheram o PSD e 14% a UDN¹⁵⁰.

Torna-se evidente, portanto, a inevitabilidade de nos inclinarmos para entender o papel do receptor das mensagens produzidas pelo IPES e o IBAD, em 1962. De acordo com Roger Chartier, um discurso produzido com o intento de modelar pensamentos e condutas pode não ser absorvido, ou ser recebido com resistência e desconfiança pelo sujeito ou grupo que os recebe. A recepção de uma determinada produção cultural produz representações que nunca são idênticas àquelas intencionadas por quem as disseminou, visto que, entre a produção e a recepção, existe um espaço aberto a múltiplas leituras, que permitem reinterpretações e significações distintas. Conforme o historiador francês:

Lejos de poseer la absoluta eficacia aculturante que a menudo les atribuimos, estos dispositivos de todos los órdenes (de los que forman parte varios de los materiales que son por lo general el objeto de la historia cultural) dejan necesariamente un lugar, en el momento en que son recibidos, al distanciamiento, al desvío, a la reinterpretación.¹⁵¹

Nesse sentido, é compreensível que as mensagens produzidas por meio de programas de rádio e TV, filmes, livros, e matérias em jornais impressos, visando a influenciar a opinião pública, em 1962, não tenham sido absorvidas como esperavam seus produtores. Isso talvez explique o porquê de a popularidade das propostas dos grupos de esquerda não ter sido diretamente afetadas em meio à intensidade da propaganda produzida.

Muitas das modernas leis e técnicas de propaganda utilizadas pelo complexo IPES/IBAD, como o uso de panfletos, jornais, rádio, TV, imagens e cinema, foram analisadas por Jean-Marie Domenach em *A propaganda política*. O autor francês, amparado em pesquisas da psicologia, destaca o aspecto coletivo da opinião dos indivíduos, ou seja, a opinião formada dentro dos pequenos grupos de convivência. Para o autor, opinar com o grupo seria uma tendência:

¹⁴⁹ LAVAREDA. Op. cit., p.151.

¹⁵⁰ Ibidem. p.135.

¹⁵¹ CHARTIER. Op. cit.,

A tendência da maioria de acompanhar aquilo que os psicólogos chamam de “impressão de totalidade”. Deve ser interpretada como a tendência de se seguir não a opinião da nação em conjunto, mas do pequeno grupo íntimo que representa o mundo bem delimitado do eleitor. Essa tendência de opinar com o grupo foi batizada de “tipicalidade”. O indivíduo é típico quando se reúne naturalmente à opinião média de seu grupo; é atípico quando rejeita essa opinião.¹⁵²

O conceito de *tipicalidade* utilizado por Domeach, nesse sentido, nos fornece uma chave explicativa pela qual podemos entender a capacidade de defesa do indivíduo frente à propaganda, visto que, primordialmente, ele busca referência no seu próprio grupo social. Domenach destaca que uma propaganda, por mais poderosa que seja, não é onipotente, podendo ser paralisada por outra propaganda ou mesmo rejeitada pelos indivíduos¹⁵³. Por esse motivo, é possível que muitos eleitores, em 1962, tenham sido influenciados mais pelas opiniões de seus grupos (família, sindicato, trabalho, movimentos sociais etc.) do que pela massiva propaganda anticomunista produzida pelas elites empresariais. Naturalmente, essa hipótese demandaria um levantamento específico de evidências empíricas que estão fora do escopo desta monografia.

Em suma, entendemos que, a despeito de alguns triunfos importantes, o complexo IPES/IBAD não logrou o êxito esperado nas cruciais eleições de 1962. Todos os gastos com propaganda, infraestrutura e financiamento de candidaturas não foi capaz de frear o avanço do partido do governo, o PTB, a popularidade de suas principais figuras políticas e suas propostas reformistas. A partir daquele momento, com suas pretensões malogradas pela via democrática, o IPES e o IBAD intensificaram a campanha de desestabilização do governo de João Goulart e começaram a orquestrar, com outros setores, a solução golpista que viria a derrubar Jango em 1964.

3.2. O emblemático caso das eleições em Pernambuco

De todos os episódios em que a intensa propaganda do complexo IPES/IBAD se fez presente, as eleições pernambucanas se destacaram como o maior empreendimento desses grupos de ação política. O candidato das esquerdas, Miguel Arraes, foi amplamente demonizado durante a campanha eleitoral e as forças políticas conservadoras montaram uma sofisticada estrutura para tentar derrotá-lo na disputa para o executivo estadual.

¹⁵² DOMENACH. Op. cit., pp. 111-112.

¹⁵³ Ibidem. p. 114.

Miguel Arraes era filiado ao pequeno Partido Social Trabalhista (PST), uma legenda de centro criada em 1947. O ex-governador pernambucano possuía longa trajetória política, com destaque para sua participação no governo de Barbosa Lima Sobrinho, quando ocupou o cargo de secretário da Fazenda entre 1948 e 1950; sua eleição para o cargo de deputado estadual em 1954; e a vitória no pleito de 1959 para a Prefeitura de Recife¹⁵⁴. A candidatura de Arraes ao governo do estado, em 1962, recebeu suporte financeiro do industrial José Ermírio de Moraes, que se elegera senador na mesma eleição com o apoio político de Arraes. Ao lado de sua candidatura, também estiveram partidos de esquerda, como o PCB e o PTB. Como vice na chapa, estava o deputado Paulo Guerra (PSD), grande proprietário de terras.

Do outro lado da disputa estava o usineiro conservador João Cleofas, da UDN, candidato situacionista. À disposição do udenista, o IBAD estabeleceu um comitê eleitoral em Recife e subvencionou a campanha com dinheiro oriundo de diversas empresas, como as conhecidas Shell, Texaco, Pfizer, Bayer, Coca-Cola, IBM, Lojas Americanas, entre outras¹⁵⁵. Além do apoio empresarial, a cúpula da Igreja Católica pernambucana e o Consulado Americano em Recife (que promoveu uma farta disseminação de materiais anticomunistas), também participaram da campanha anti-Arraes.

Outrossim, a imprensa pernambucana promoveu uma intensa estigmatização de Miguel Arraes, mostrando-o como comunista e ateu, atemorizando boa parte do eleitorado, sobretudo católicos das classes médias e baixas. Por meio de jornais impressos e emissoras de rádio e TV, a “ameaça vermelha” representada por Arraes era diariamente reproduzida durante a campanha. O candidato do PST com frequência era associado a figuras como Fidel Castro, Krushchev e Prestes. Até mesmo intelectuais como Gilberto Freire, que sempre deixou clara a sua opção política pela direita, denunciou Arraes em 1962 por ter aceitado o apoio dos comunistas¹⁵⁶.

O clima de polarização e radicalização esteve tão acirrado em Recife durante o período eleitoral, que, em depoimento à CPI que investigava os crimes eleitorais cometidos pelo IBAD e o pelo IPES, e a origem dos recursos movimentados nas eleições de 1962, Miguel Arraes disse ter conhecimento de uma reunião entre dirigentes do IBAD e da ADEP, na qual foi planejado o seu assassinato por meio de um acidente de automóvel. Disse ainda sofrer ameaças durante a vigência de seu mandato como governador de Pernambuco¹⁵⁷.

¹⁵⁴ Cf. PANTOJA, Sílvia; LEMOS, Renato. Miguel Arrais de Alencar. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>. Acesso em: 09/12/2019.

¹⁵⁵ DREIFUSS, Op. cit., p.331.

¹⁵⁶ Ibidem. p. 332.

¹⁵⁷ COELHO, Fernando de Vasconcelos et al. Relatório final: volume II. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Recife: CEPE, 2017. p. 40.

Arraes depôs na CPI em 22 e 23 de agosto de 1963, e entregou aos parlamentares membros da comissão um extenso material com cerca de 500 documentos comprobatórios da interferência do IBAD nas eleições pernambucanas de 1962. Em uma de suas falas, referindo-se ao poderio econômico por ele enfrentado no ano anterior, o então governador declarou:

[...] máquina monstruosa de corrupção eleitoral que se tornou conhecida pela sigla tristemente famosa do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Dinheiro em larga escala, veículos do último tipo equipados com alto-falantes, contratos fabulosos com jornais, estações de TV, emissoras de rádio, ofertas em dinheiro e vasto material de propaganda a quantos candidatos à deputação federal ou estadual formassem a seu lado, tudo utilizado com prodigiosa liberalidade, nada se poupou.¹⁵⁸

Apesar do custeio de sua candidatura e da propaganda política a seu favor, João Cleofas não conseguiu vencer Miguel Arraes. Os números mostram que, por pequena margem, mais especificamente 13.353 votos, Arraes conseguiu a vitória, angariando 47,92% dos votos válidos, contra 45,50% de Cleofas e 6,58% de Armando Monteiro Filho (PRT), conforme a Tabela 5. Além da vitória para o executivo estadual, a esquerda conseguiu eleger em Pernambuco uma das principais lideranças camponesas do país, Francisco Julião, eleito deputado federal.

Tabela 5

ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR DE PERNAMBUCO (1962)		
Candidatos	Votação	Percentual
Miguel Arraes	264.499	47,92
João Cleofas	251.146	45,50
Armando Monteiro Filho	36.340	6,58

Fonte: Tabela apresentada no relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2017).

Arraes venceu em quase todas as zonas eleitorais do Recife, perdendo apenas, por pequena diferença, nos bairros de classe média e alta. Além disso, sua campanha foi igualmente vitoriosa em muitas cidades do interior de Pernambuco, onde se previa a vitória de Cleofas¹⁵⁹. No segundo ano de seu mandato como governador de Pernambuco, Miguel Arraes foi deposto de seu cargo após o golpe de 1964. O destino de Arraes foi a prisão, onde permaneceu por 11

¹⁵⁸ Ibidem. p. 43.

¹⁵⁹ CHACON, Vamirech. As eleições de outubro de 1962 - Pernambuco. In CAVALCANTI, T & DUBINIC, R. (orgs.). *Comportamento Eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1964. pp. 207-209.

meses, e depois o exílio, em 1965, só retornando ao Brasil 14 anos depois com a aprovação de Lei da Anistia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu mostrar a influência do poder econômico nas disputas eleitorais de 1962 e como isso se concretizou por meio do custeio de candidaturas e da robusta propaganda posta à disposição de políticos que defendiam interesses privados, principalmente de empresas multinacionais e nacionais associadas ao capital estrangeiro. Este é um tema ainda pouco estudado por historiadores, mas de suma importância para a compreensão da conjuntura política do Brasil no início da década de 1960.

A análise de fontes primárias encontradas na imprensa da época, mostra como era organizada e sofisticada a propaganda política produzida para interferir no pleito em questão. Do mesmo modo, nos ancorando na bibliografia produzida até o momento sobre as atividades do complexo IPES/IBAD e seus órgãos subsidiários, buscamos demonstrar a estrutura dessas organizações e seu modo de atuar, além de suas estratégias para interferir no processo político do Brasil governado por João Goulart.

Por meio da documentação referente às eleições de 1962, esta monografia apresenta dados que nos permitem chegar à conclusão de que o empreendimento produzido para interferir diretamente na disputa não foi suficiente para alcançar seu principal objetivo, a saber, frear o avanço do setor nacional-reformista, representado principalmente pelo Partido Trabalhista Brasileiro e suas figuras centrais, como Jango e Brizola. Ao contrário, as forças políticas engajadas nesse propósito perceberam que pela via eleitoral não seria possível alcançar o poder político.

Podemos, entretanto, afirmar que a vitória de uma grande bancada de políticos conservadores, em 1962, foi importante para a estratégia de desestabilizar o governo Goulart e impedir a aprovação de seus projetos de transformação social no Congresso Nacional. Por conseguinte, ainda que não tenha obtido pleno êxito em conter a mobilização popular por reformas de base, o complexo IPES/IBAD foi exitoso em fomentar a inquietação em grupos sociais conservadores e em setores militares, o que acarretou a ruptura institucional de 1964.

Portanto, entendemos que o sucesso da investida política promovida em 1962 teve um sucesso apenas parcial, visto que elegeu muitos políticos para atuar na Câmara, no Senado e em alguns executivos estaduais, mas, ao mesmo tempo, sofreu derrotas significativas em estados-chave e viu o partido político mais popular da época se tornar a segunda força política dentro do Congresso Nacional.

Nossa hipótese, longe de ter a pretensão esgotar o tema, apresenta possibilidades que devem ser aprofundadas em pesquisas posteriores que abordem os principais aspectos políticos

do governo de João Goulart. Muitos assuntos que foram apenas mencionados aqui, e não tiveram o devido tratamento, como o trabalho da CPI e toda a documentação por ela produzida, bem como o estudo da atuação da dupla IPES/IBAD nos diversos estados onde ocorreram pleitos em 1962, ainda carecem de pesquisas. Do mesmo modo, algumas publicações ainda são pouco estudadas, como a revista ibadiana *Ação Democrática*, periódico de grande circulação no período abordado neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGEE, Philip. *Por dentro da "Companhia"*. Diário da CIA. São Paulo: Círculo do livro, 1976.
- ASSIS, Denise. *Propaganda e Política a serviço do Golpe (1961/1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2000.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CARDENUTO, Reinaldo. *O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês*. In NAPOLITANO, Marcos et al. *História e documentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- CHACON, Vamirech. As eleições de outubro de 1962 - Pernambuco. In CAVALCANTI, T. & DUBINIC, R. (orgs.). *Comportamento Eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1964.
- CHARTIER, Roger. *El mundo como representación: estudios sobre Historia Cultural*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1992.
- COELHO, Fernando de Vasconcelos et al. Relatório final: volume II. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Recife: CEPE, 2017.
- COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. *IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil*. v.5. Recife. Secretaria da Casa Civil do Estado de Pernambuco.
- CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS 1962-1963*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP / Instituto de Artes, 1995.
- DALCANAL, Veronica. *O Jornal A Noite e as eleições de 1962*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- DELGADO, Lucília Neves de Almeida. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano vol.3. O tempo da experiência democrática: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2011.
- _____. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 14, nº 27, 1994.
- DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. Tradução de Ciro T. de Pádua. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUTRA, Eloy. IBAD: sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- _____. “Crises da República: 1954, 1955, 1961”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano vol.3*. O tempo da experiência democrática: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2011.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, FGV: 2014.
- FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GORENDER, Jacob. *O Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- JAGUARIBE, Hélio. As eleições de 1962. **Tempo Brasileiro**, n. 2, 1962.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. 2012. 644f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 368f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar: 2012.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. *Relação entre o Executivo e o Legislativo no período parlamentarista no Brasil (1961-1963)*. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SOUZA, Pompeu de. Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da reforma. In **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, jan. 1964. n.16.

SOUZA, Thiago Nogueira. *Ação Democrática Parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Paralisia de Decisão e Comportamento Legislativo: a Experiência Brasileira 1959-1966. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, vol. 13, n. 2, abr-jun 1973.

SPOHR, Martina. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. *Militares e Política (UFRJ)*, v. 9, p. 52-63, 2012.

_____, Martina. *Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965